

Ayerbe, Luis Fernando. Capítulo III. En publicación: O Ocidente e o "Resto". A América Latina e o Caribe na cultura do Imperio. Luis Fernando Ayerbe. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Programa de Becas CLACSO-ASDI. 2003. ISBN: 950-9231-85-1. Acceso al texto completo: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/ayerbe/capituloIII.pdf> Fuente de la información: Red de Bibliotecas Virtuales de Ciencias Sociales de América Latina y el Caribe - CLACSO - <http://www.clacso.org.ar/biblioteca>

Capítulo III

Identidade e desenvolvimento na América Latina e no Caribe

“Alucinados pelo progresso, acreditamos que avançar era esquecer, deixar atrás as manifestações do melhor que temos feito, a cultura riquíssima de um continente índio, europeu, negro, mestiço, mulato, cuja criatividade ainda não encontra equivalência econômica, cuja continuidade ainda não encontra correspondência política”

Carlos Fuentes (Arizpe, 2001)

Em contraposição às abordagens analisadas nos capítulos anteriores, defensoras do capitalismo liberal como expressão do mais alto grau de realização humana em termos de liberdade e prosperidade, diversos autores, centros de pesquisa, movimentos sociais e organizações não governamentais colocam em evidência os problemas econômicos, sociais, culturais e ambientais gerados pelo sistema, chamando a atenção para a necessidade de construção de caminhos alternativos.

Embora o espectro das críticas seja amplo e variado, desde aquelas que se concentram na ortodoxia liberal até as que colocam no banco dos réus o próprio capitalismo, há um alvo comum: o chamado “pensamento único”, que não admite possibilidades estruturais de desenvolvimentos fora das fronteiras da propriedade privada e da liberdade de mercado.

Na perspectiva de estabelecer um contraponto em relação a essa premissa, selecionamos algumas das abordagens que demarcam fronteiras divergentes com a Nova Ordem Mundial, organizando suas diferenças de enfoque em torno de quatro posições: a crítica do “pensamento único” com base na defesa da diversidade; a delimitação de um espaço cultural latino-americano como referência de uma integração diferente da proposta pelos Estados Unidos; a globalização como fase superior do imperialismo; a vinculação entre identidade e projetos emancipatórios.

Após a apresentação dos principais lineamentos das quatro posturas, será feito um contraste com os argumentos do centro hegemônico, verificando em que medida as perspectivas apontadas respondem ao desafio lançado pela agenda pós-Guerra Fria da política externa dos Estados Unidos, que condensamos em seis pontos:

- 1) Vitória estratégica do capitalismo sobre as utopias apoiadas na luta de classes. Ênfase no combate à marginalidade social.

- 2) Emergência da identidade cultural como motor da história. Ênfase na prevenção e resolução de conflitos étnicos.
- 3) Estratégias macro de implantação da economia de mercado e da democracia representativa no mundo em desenvolvimento. Ênfase no ajuste estrutural aos padrões de regulação global.
- 4) Estratégias micro de disseminação dos valores ocidentais de convívio humano. Ênfase nos programas de desenvolvimento comunitário pautados pela noção de auto-ajuda.
- 5) Controle dos impactos ambientais decorrentes da importação do “turbocapitalismo” no mundo em transição. Ênfase no combate à pobreza extrema sem ameaçar o ecossistema.
- 6) Capacitação do Estado para interagir na sociedade em rede, como agente catalisador de iniciativas integradas com o setor privado e a sociedade civil, capazes de promover a governabilidade sistêmica nas esferas internacional, nacional e local.

No mundo em transição, a implementação da nova agenda busca reduzir as possibilidades de sucesso de aventuras “populistas” e o aumento descontrolado das audiências sensíveis a apelos messiânicos, considerados caldo de cultura do terrorismo. Os programas de ajuste macro disciplinam o processo de desenvolvimento, impondo uma racionalidade baseada no gradualismo, na perspectiva de evitar explosões de crescimento e de consumo, produto de políticas que não levem em consideração a capacidade de financiamento do setor público, o chamado “populismo econômico”⁷². Os programas micro organizam as demandas do combate à pobreza, incorporando os valores do mérito, do empreendimento e da contabilidade de custos financeiros e ambientais.

“Pensamento único” versus diversidade criadora

“O verdadeiro problema não é querer um mundo melhor: é acreditar na utopia de um mundo perfeito. Os pensadores liberais têm razão ao apontar que uma das piores coisas não só do comunismo mas de todas as grandes causas é que elas são tão grandes que justificam todos os sacrifícios, a tal ponto que as pessoas os impõem não só a si mesmas, mas também aos outros. Esse argumento liberal é válido quando alega que apenas aqueles com expectativas modestas em relação ao mundo podem evitar infligir-lhe males e sofrimento”

Eric Hobsbawm (2000)

O relatório de 1996 da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento da UNESCO tem na defesa da diversidade uma das premissas centrais. Nessa perspectiva, há uma crítica da visão instrumental da cultura, concebida apenas como fator que favorece ou dificulta o desenvolvimento econômico:

“o protestantismo e o confucionismo têm sido apontados como incentivadores da poupança, da acumulação de capitais, do trabalho árduo, da higiene, dos hábitos saudáveis de vida e do espírito empresarial. Mais recentemente, o fundamentalismo evangélico, que se expande na Ásia Oriental, na América Latina e na África, tem sido considerado uma religião de microempresários que constituem o germe do crescimento econômico capitalista. Segundo essa visão, devem ser erradicadas algumas atitudes culturais e instituições que prejudicam o crescimento econômico” (UNESCO, 1997: 31).

Em contraposição a essa postura, sem, contudo, desconhecer a importância do crescimento econômico, o relatório preocupa-se em valorizar as possibilidades de realização das diversas comunidades que decorrem de valores, atitudes e hábitos sociais. Entre essas possibilidades destacam-se a autonomia na escolha do modo de vida, e a capacidade de satisfazer seus requerimentos materiais e de conviver com os modos de vida alternativos, criando espaços de interação motivados pela busca do enriquecimento recíproco.

A partir desses pressupostos, considera-se possível a construção de bases sólidas de convivência pacífica ancoradas no “respeito a todas as culturas cujos valores sejam tolerantes em relação aos de outras” (1997: 35). No entanto, as tendências predominantes na realidade global colocam sérios obstáculos:

“Como resultado de uma rápida mudança, do impacto da cultura ocidental, das comunicações de massa, do rápido crescimento demográfico, da urbanização, da desagregação das comunidades tradicionais e da expansão das famílias, as culturas tradicionais, que repousam freqüentemente sobre a tradição oral, têm se rompido. As culturas não são monolíticas e a cultura das elites, normalmente voltadas para a cultura mundial, tende a excluir os pobres e os fracos” (1997: 42).

Para o enfrentamento efetivo dos desafios globais, o relatório coloca em primeiro plano a necessidade de uma transformação cultural generalizada, capaz de mudar valores e atitudes em relação às prioridades sociais, econômicas e ambientais, apostando na persuasão e na construção de consensos sócio-políticos que se materializem em acordos que tenham como parâmetro de negociação uma ética universal. Nesse sentido, uma das tarefas assumidas pela Comissão é “identificar um núcleo de valores e princípios éticos comuns” (1997: 44). Como resultado, são sugeridas cinco idéias principais: 1) *Direitos humanos e responsabilidades*, que incluem “a proteção da integridade física e emocional do indivíduo contra ameaças da sociedade, a garantia de condições sociais e econômicas mínimas para uma vida decente, o tratamento justo e o acesso eqüitativo aos mecanismos de correção de injustiças, ... o direito a um meio ambiente saudável e propício ao bem-estar do homem” (1997: 53); 2) *A democracia e os componentes da sociedade civil*, cujos elementos básicos são as “eleições livres, justas e regulares, liberdade de informação, de imprensa e de associação ... complementados por salvaguardas constitucionais que protejam minorias políticas, étnicas e

outras, contra a tirania da maioria” (1997: 58); 3) *Proteção das minorias culturais*, garantindo acima de tudo seus direitos humanos; 4) *O compromisso com a solução pacífica das controvérsias e com as negociações eqüitativas*, garantindo a representação de todos os setores e seu direito a participar em todos os detalhes envolvidos nos processos decisórios relativos à solução das diferenças; 5) *A eqüidade em cada geração e entre gerações*, cujo princípio básico é o cuidado do meioambiente, tendo como perspectiva não apenas a realidade presente, mas a garantia de acesso aos recursos culturais e naturais para as gerações futuras.

Embora as cinco idéias sejam apresentadas como núcleo central de uma ética universal, o relatório faz questão de explicitar a ausência de intenções normatizadoras em termos de caminhos de desenvolvimento. “A modernização do Ocidente não precisa ser um modelo a ser copiado por todas as sociedades” (1997: 63).

Na sua parte conclusiva, o relatório define uma agenda de pesquisa e uma agenda de intervenção, com propostas para enfrentar os desafios apresentados. Entre os temas da área de pesquisa, destacamos aqueles que remetem diretamente à nossa discussão.

No campo do debate sobre o desenvolvimento econômico, há uma preocupação com a reformulação das posturas baseadas na lógica custo-benefício, buscando resgatar fatores culturais:

“recentemente, o pensamento e a pesquisa –pelo menos na área econômica– voltaram-se para a exploração das razões e dos resultados do altruísmo, da confiança, da cooperação, da lealdade, da solidariedade e até mesmo da afeição e do amor. Projetos e programas terão de ser elaborados de forma diferente a fim de empregar os resultados das pesquisas sobre tais mecanismos culturais” (1997: 347).

No campo metodológico e estatístico, assume destaque a preocupação com a formulação de indicadores culturais confiáveis. Um dos temas relevantes nessa área é a mensuração da liberdade política, relativizando as definições absolutistas sobre os sistemas partidários mais democráticos em termos de possibilidades de escolha⁷³. O papel da cultura também está presente na temática da transição e dos processos de liberalização política e econômica, avaliando seus impactos na transformação de tradições culturais, na posição social dos membros do governo, na ética e na responsabilidade pública.

No campo dos temas associados ao desenvolvimento sustentável, há uma preocupação em delimitar as especificidades dos problemas ambientais originários das situações de riqueza e pobreza.

“Os países ricos põem em risco a sustentabilidade com sua demanda ilimitada de uma produção cada vez maior, de perfil intensivo em recursos e geradora de poluição, com todos os efeitos negativos decorrentes.... Nos países pobres, a demanda de alimento e combustível de populações pobres que crescem de forma acelerada conduz ao desmatamento, à desertificação, à erosão de solos, à salinização, ao assoreamento e ao esgotamento dos

recursos hídricos. Os pobres não só contribuem para a degradação do meio ambiente local, mas são os que mais sofrem com ela” (1997: 356).

Entre as ações recomendadas na agenda de intervenção, três nos interessam particularmente, pela sua vinculação direta com a governabilidade global. A primeira, denominada *Elaboração de novas estratégias de desenvolvimento sensíveis à cultura*, tem como tema central a abordagem do conflito. Considerando o perfil predominantemente intraestatal dos novos conflitos mundiais, cuja “causa subjacente ... é a falta de desenvolvimento que resulta em crescente desespero e ira humanos” (1997: 363), o relatório recomenda uma abordagem pautada pelo desenvolvimento preventivo em detrimento das operações militares *a posteriori*. Entre os empreendimentos propostos, destacam-se:

“uma análise profissional ... no campo das novas dimensões da segurança humana (incluindo segurança econômica, política, cultural e ambiental)...; um sistema de alerta rápido ... a fim de chamar a atenção das Nações Unidas para situações de crise iminente nos países, de maneira a possibilitar diplomacia e ações preventivas a tempo; o PNUD e Unesco devem, ao lado de outras agências, liderar a assistência aos países na formulação de novas estratégias de desenvolvimento humano que preservem e enriqueçam seus valores culturais e sua herança étnica, ao invés de destruí-los” (1997: 364).

A segunda, denominada *A ética global na governabilidade mundial*, coloca a democracia e o império da lei como eixos centrais da construção de uma moralidade comum, cuja vigência deve valer também para os países ricos:

“as nações ricas devem estar dispostas a abrir suas economias e empreender ajustes estruturais na mesma medida em que pressionam as nações pobres a fazê-lo ...; os princípios do mercado devem ser incorporados à exploração do patrimônio comum da humanidade, por meio, por exemplo, de permissões negociáveis para emissões de gases ou outros produtos lançados no meioambiente ou de taxas de utilização do espaço hertziano global” (1997: 381-382).

A terceira ação, *Uma organização das Nações Unidas centrada nos povos*, coloca ênfase na emergência de novos atores nos assuntos internacionais, o que torna limitado, em termos de representatividade, o sistema baseado exclusivamente nas relações entre governos. Nessa direção, propõe-se a formação de um Foro Mundial permanente, congregando os representantes das ONGs autorizadas pela ONU.

Na mesma linha das Nações Unidas, outras instituições internacionais estão incorporando na sua agenda de discussões e programas os fatores culturais do desenvolvimento. Em março de 1999, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) realizou um seminário cujo foco foi a relação entre capital social e cultura.

Na introdução ao livro que resultou do seminário, Enrique Iglesias, presidente do BID, situa a relevância atribuída ao tema no contexto latino-americano:

“Nossa região tem sido nos últimos cinquenta anos um verdadeiro laboratório de teorias e experiências políticas, econômicas e sociais. A um período de acelerado crescimento econômico e pronunciado melhoramento social, durante os anos sessenta e setenta, seguiu-se a década perdida dos anos oitenta, marcada pela crise da dívida e pelas políticas de ajuste. A essa crise lhe sucedeu um conjunto de reformas estruturais que restabeleceram a estabilidade de preços e o crescimento econômico, mas que deixaram sem resolver graves problemas, tais como a pobreza, a distribuição desigual da renda e a atenção insuficiente às demandas da sociedade no campo dos valores” (Kliksberg e Tomassini, 2000: 7).

Para Iglesias, o enfrentamento desses problemas requer uma visão mais sofisticada sobre a diversidade de fatores que contribuem para o desenvolvimento, devendo-se avançar em relação aos enfoques simplistas que desdenham as dimensões culturais.

Na mesma linha, Bernardo Kliksberg e Luciano Tomassini, organizadores do livro, questionam as visões centradas na idéia do “fim da história e da hegemonia total de um paradigma” (2000: 12), ressaltando que a evidência empírica mostra uma realidade marcada pela diversidade de padrões de capitalismo, com trajetórias diferenciadas nas modalidades anglo-saxônica, européia continental e asiática, nas quais as peculiaridades carregam a marca das “tradições, as atitudes, os valores, as práticas ou o capital próprios de cada uma dessas realidades” (op. cit.: 12).

Kliksberg chama a atenção para uma mudança de abordagem, em importantes instituições internacionais, sobre os problemas do desenvolvimento, que estaria questionando aspectos importantes do enfoque do Consenso de Washington⁷⁴, centrado no crescimento econômico, na abertura dos mercados e na privatização.

“Junto ao crescimento econômico, surge a necessidade de obter o desenvolvimento social, melhorar a equidade, fortalecer a democracia e preservar os equilíbrios meio-ambientais. ... Variáveis excluídas ou marginalizadas como, entre outras, as políticas e as institucionais, têm alto peso na realidade e irão incidir fortemente criando cenários não previstos” (Kliksberg, 2000: 23).

Entre os exemplos mencionados, destacam-se a Unesco, o Banco Mundial⁷⁵, o próprio BID e as decisões presidenciais da Cúpula das Américas de Santiago do Chile.

Para Kliksberg, os fatores culturais que incidem no desenvolvimento estão profundamente vinculados ao acúmulo de capital social, uma das quatro modalidades básicas de capital consideradas pelo Banco Mundial⁷⁶. Na mesma linha do relatório da Unesco anteriormente analisado, o autor considera que a “cultura cruza todas as dimensões do capital social de uma sociedade. A cultura é subjacente aos componentes básicos que se consideram capital social, como a confiança, o comportamento cívico, o grau de associativismo” (op. cit.: 33).

Embora reconheça que existe uma certa ambigüidade na definição do conceito de capital social, principalmente devido ao caráter recente das pesquisas dirigidas a esse tema, Kliksberg chama a atenção para estudos que atribuem ao capital humano e social a parcela mais significativa do atual desenvolvimento econômico dos países, indicando que “ali existem chaves decisivas do progresso tecnológico, a competitividade, o crescimento sustentável, o bom governo e a estabilidade democrática” (op. cit.: 28).

Para ilustrar os efeitos combinados da relação entre capital social, cultura e desenvolvimento, Kliksberg apresenta vários exemplos bem-sucedidos que mereceram ampla repercussão internacional. Um deles é o *Grameen Bank*, experiência surgida em Bangladesh, baseada na concessão de empréstimos aos setores mais pobres da população para apoiar pequenos empreendimentos, aplicada posteriormente em diversos países. O autor refere-se também à *Villa El Salvador*, experiência desenvolvida em um município peruano construído em terras próximas à cidade de Lima, cedidas pelo Estado em 1971, após um processo de mobilização popular que invadiu áreas públicas. Com uma população estimada atualmente em 300.000 habitantes, é considerado pelas Nações Unidas exemplo de desenvolvimento baseado na capacidade de organização autônoma da comunidade. Outro exemplo citado por Kliksberg são as feiras de consumo familiar da Venezuela, que distribuem produtos alimentícios a custos reduzidos para 40.000 famílias da cidade de Barquisimeto, com base numa rede composta por produtores, associações de consumidores e pequenas empresas autogeridas. Também é lembrado o projeto de orçamento participativo da cidade de Porto Alegre, Brasil, que submete ao debate com a comunidade a destinação dos recursos orçamentários, com resultados significativos na melhoria do atendimento aos setores mais pobres da população, que acedem ao processo decisório sobre as prioridades na utilização dos recursos públicos. Essa experiência, criada pelo Partido dos Trabalhadores, passou a ser aplicada em várias prefeituras do país, recebendo reconhecimento de instituições internacionais como a ONU, o BID e o Banco Mundial.

Referindo-se à experiência de Villa El Salvador, Kliksberg reconhece que:

“Não se conseguiu solucionar os problemas de fundo que causam a pobreza, que têm a ver com fatores que excedem totalmente à experiência e formam parte de problemas gerais do país. No entanto, foram obtidos avanços consideráveis em relação a outras populações pobres, e se criou um perfil de sociedade muito particular, que mereceu a longa lista de prêmios recebidos” (op. cit.: 39).

Essa mesma apreciação é estendida às outras experiências, e responde a uma indagação inicial do autor sobre o real impacto da potenciação do capital social e da cultura no desenvolvimento das comunidades carentes: “conseguir essa potenciação não pertencerá ao reino das grandes utopias, de um porvir ainda alheio às possibilidades atuais das sociedades?” (op. cit.: 34).

Para Kliksberg, apesar do alcance localizado, essas experiências são um indicador da possibilidade de melhora da qualidade de vida tendo como

principal suporte a capacidade associativa dos membros da comunidade, tornando o desenvolvimento menos dependente do contexto político e econômico mais amplo, das limitações impostas pelo modelo global hegemônico ou pelo sistema dominante em cada país.

"Mobilizar o capital social e a cultura, como agentes ativos do desenvolvimento econômico e social, não constitui uma proposta desejável, porém incorporável a outras utopias, mas é viável, de resultados efetivos. ... A crise do pensamento econômico convencional abre uma 'oportunidade' para que, na busca de um pensamento mais compreensivo e integral do desenvolvimento, se incorporem em plena legitimidade suas dimensões culturais" (op. cit.: 48).

Para o autor, o principal desafio para o futuro é a construção de vínculos permanentes entre o Estado e a sociedade civil, capazes de dar organicidade às políticas de acúmulo de capital social.

Esse último aspecto remete diretamente para o tema das novas relações que se estabelecem, na América Latina e no Caribe, entre os condicionantes globais e os processos decisórios locais. Nesse sentido, Daniel Garcia Delgado chama a atenção para a necessidade de distinguir entre o discurso ideológico da globalização, legitimador de políticas neoliberais, e o processo de mudanças que atinge o conjunto dos países, impelindo o setor público a incorporar nas suas práticas de gestão o planejamento estratégico, capacitando-se para identificar as ameaças e as oportunidades oriundas das novas realidades.

"Este final de século parece marcado pela emergência de uma concepção da política local mais como coordenação e articulação de energias sociais e espaços descentralizados do que como confrontação ideológica. Baseada mais na capacidade estratégica e de gestão própria do que descansando na nacional e estadual, e mais vinculada à coordenação e impulso de redes sociais autônomas do que a articulação de organizações piramidais e controladas" (1998: 95).

Nesse contexto, o autor destaca os aspectos positivos do Estado catalisador, que considera uma alternativa viável ao Estado mínimo e ao de bem-estar. Para ele, não se trata de "sair de um rol passivo no campo econômico para passar a outro interventor, produtor e empregador, similar ao do Estado de bem-estar, mas de incorporar uma perspectiva de Estado 'catalisador', 'estratégico', que incorpore um rol mais ativo do município e não apenas como redistribuidor de recursos públicos" (1998: 85).

A valorização das instâncias locais como forma de resposta aos desafios da globalização favorece definições de identidades, interesses e estratégias cujas referências tendem a perder vinculação com o nacional. Como conceber, nessa dimensão das relações entre o local e o global, a construção de uma perspectiva supranacional, abarcadora da diversidade latino-americana e caribenha? As respostas a esse dilema, conforme mostraremos na próxima seção, são bastante controversas.

Cultura e integração

“Faz falta ao ibero-americanismo um pouco mais de idealismo e um pouco mais de realismo. Necessita consubstanciar-se com os novos ideais da América indo-ibérica. Necessita inserir-se na nova realidade histórica desses povos. O pan-americanismo se apóia nos interesses da ordem burguesa; o ibero-americanismo deve se apoiar nas multidões que trabalham pela criação de uma nova ordem”

José Mariátegui (1991)

Nos anos recentes, acompanhando o aprofundamento dos processos de globalização e regionalização na América Latina e no Caribe, assumem cada vez mais importância os estudos que buscam delimitar um espaço cultural latino-americano capaz de dar suporte aos próprios projetos de inserção.

Frente à ofensiva econômica, política e cultural dos Estados Unidos, analisada nos capítulos anteriores, o que apresentar como programa alternativo ou, pelo menos, como linha de defesa de interesses regionais concretos?

Para Nestor Garcia Canclini, é necessário superar a visão tradicionalista latino-americana que associa identidade cultural com patrimônio:

“Ter uma identidade seria, antes de mais nada, ter um país, uma cidade ou um bairro, uma entidade em que tudo o que é compartilhado pelos que habitam esse lugar torna-se idêntico ou intercambiável. Nesses territórios a identidade é posta em cena, celebrada nas festas e dramatizada também nos rituais cotidianos” (1997: 190).

As fortes tendências de homogeneização e hibridação cultural que acompanham o processo de globalização dos mercados tornam mais difusas as fronteiras que separam o próprio do alheio, o que é imposto de fora do que é assimilado ou recriado localmente, dificultando ações defensivas da identidade nos moldes tradicionais⁷⁷. “A afirmação do regional ou do nacional não tem sentido nem eficácia como condenação geral do exógeno: deve ser concebida agora como capacidade de interagir com as múltiplas ofertas simbólicas internacionais a partir de posições próprias” (1997: 354).

Para o autor, essa abordagem assume especial relevância nos processos de integração regional. Referindo-se aos aspectos relacionados com as políticas culturais na negociação de acordos de livre-comércio, destaca a importância estratégica dos meios audiovisuais, “como os espaços decisivos onde se organiza o gosto das massas, onde elas aprendem a pensar e a sentir” (1996: 34). Como exemplo positivo, remete à preocupação da União Européia, nas negociações de 1993 junto ao GATT⁷⁸, com a proteção da sua produção audiovisual frente à pressão em favor da livre circulação por parte de Estados Unidos, onde o setor de entretenimento ocupa o segundo lugar nas exportações, após a indústria aeroespacial. Para Garcia Canclini, a mesma preocupação deveria estar presente na América Latina, dada a crescente importância dos meios audiovisuais como veículos de transformação de identidades.

“Muitos dos que se inquietam pelo desaparecimento da identidade nacional –no México e em outros países latino-americanos– situam ‘a essência’ dessa identidade nas tradições indígenas e camponesas, ou num folclore nacional que fixa nelas a definição ‘do próprio’. Em algumas regiões tais fontes “clássicas” continuam servindo como elementos de distinção regional e nacional. Mas dois dados estatísticos simples revelam como tem diminuído o peso das culturas tradicionais: a) o 70% das populações no México e na América Latina moram em cidades; e b) ao redor de 90% dos consumidores, incluídos os camponeses, estão conectados aos meios massivos (pelo menos rádio e televisão), cujos programas são gerados na sua maioria fora da própria sociedade e transmitem um imaginário transnacional.

As identidades se formam e se renovam cada vez menos em relação com as tradições locais” (1996: 23).

A consolidação desse processo estaria criando crescentes dificuldades para a viabilidade política dos discursos essencialistas sobre a identidade regional, que separam as influências marcantes das histórias compartilhadas com Europa e Estados Unidos. Nessa perspectiva, a identificação de um espaço cultural latino-americano passa pelo reconhecimento das especificidades e interfaces com outras regiões e tradições, e pela construção de uma agenda própria de interesses.

“Tanto o espaço cultural latino-americano como o euro-americano e o interamericano são multiculturais. Neles ocorrem intercâmbios de pessoas, bens, mensagens e capitais, co-produções e alianças, mas também concorrências e disputas que não podem ser resolvidas com invocações a nenhuma determinação biológica ou histórica que nos enlaçaria sob uma identidade comum. ... ‘O latino-americano’ não é um destino revelado pela terra nem pelo sangue: foi muitas vezes um projeto frustrado; hoje é uma tarefa relativamente aberta e problematicamente possível” (García Canclini, 1999[b]: 43).

A concepção desse espaço, nos moldes propostos, requer, para García Canclini, uma nova forma de interação entre Estado, mercado, organismos supranacionais (UNESCO, OEA, Convênio Andres Bello, SELA, Mercosul) e sociedade civil.

“Os órgãos estatais e supranacionais podem operar como um conjunto de atores que reconhece, para além do mercado, os direitos sociais e culturais, as reivindicações políticas das maiorias e minorias. Mas essa função do Estado e dos organismos intergovernamentais não os opõe à das empresas, porque o Estado é um lugar de articulação com as iniciativas empresariais e com as de outros setores da sociedade civil. Uma das tarefas da regulação e da arbitragem que deve exercer o Estado é não permitir que a sociedade civil se reduza aos interesses empresariais, e inclusive que os interesses empresariais no se reduzam aos dos investidores” (1999[b]: 47).

A discussão em torno da conformação de um espaço cultural latino-americano foi o tema central do seminário organizado pelo Convênio Andrés Bello e pela Junta de Andalucía, em 1998. No texto introdutório do livro resultante do evento, Manuel Garretón aponta dois aspectos importantes vinculados ao atual contexto: os impactos geoeconômicos e geoculturais da globalização, e a emergência, na América Latina e no Caribe, de uma agenda política centrada cada vez mais na cultura.

Em relação ao primeiro aspecto, considera que as novas formas de poder associadas às transformações comunicacionais deslocam do centro as dimensões territoriais e militares.

“O espaço é cada vez mais comunicação e, portanto, os modelos de apropriação do espaço comunicacional são modelos de criatividade, de inovação e de conhecimento. Se isto é assim, o espaço globalizado no século XXI vai ser dominado por aqueles que proponham modelos de criatividade, ou de modernidade, que, por sua vez, combinem racionalidade científico-tecnológica, racionalidade expressivo-comunicativa e memória histórica. E vão perder aqueles que não consigam combinar esses três elementos. Se ainda há algum sentido para o espaço nacional, é na projeção combinada dessas três dimensões” (1999: 4).

Em relação ao segundo aspecto, o autor chama a atenção para a crescente diversidade da sociedade na América Latina e no Caribe:

“No período da matriz nacional popular, a política era o principal canal de integração, de acesso a bens e serviços da modernização através do Estado, e de atribuição de sentido à vida individual e coletiva através de projetos de caráter ideológico. Hoje, a política é um dos canais e a cultura –entendida como a busca de sentidos e o conjunto de representações simbólicas, valores e estilos de vida– adquire consistência e densidade próprias, não redutíveis à política ou à economia, e penetra os seus conteúdos” (op. cit.: 25).

Entre os principais exemplos, Garretón menciona os movimentos indígenas, de mulheres e de jovens, e a presença de questões vinculadas à qualidade de vida e à sociabilidade familiar e comunitária nas reformas educacionais em curso na região.

Considerando o contexto global apresentado, a estruturação de um espaço cultural latino-americano compreende diversos processos: uma identificação de especificidades que tenha correspondência com a projeção externa da região, “um duplo movimento de reforço dos sistemas políticos nacionais, e de construção de um sistema continental”, conjuntamente com “um processo propriamente cultural” (op. cit.: 27)⁷⁹.

No entanto, como bem lembra Renato Ortiz, num dos capítulos do livro organizado por Garretón, um processo de integração pautado pela busca de uma identidade regional, mesmo no campo da política cultural, não pode prescindir de atores capazes de reivindicar a pertinência e a necessidade de

um enfoque alternativo. Nesse aspecto, pelo menos por enquanto, não se visualizam expoentes à altura dos governos e dos empresários. “Contrariamente ao ‘sonho bolivariano’, o tema da integração se manifesta hoje sob o signo do mercado. Do ponto de vista da cultura, já seja como consumo, já seja como indústria cultural” (1999: 333).

O resgate da perspectiva bolivariana, frente ao neo-pan-americanismo que norteia a proposta da ALCA, é uma das preocupações presentes em vários dos trabalhos desenvolvidos no contexto do projeto *Atlas sobre Integración Latinoamericana y Caribeña*, coordenado pela Asociación por la Unidad de Nuestra América (AUNA-Cuba).

Tomando como referência os modelos de integração pan-americano, ibero-americano⁸⁰, e latino-americano (ou bolivariano), Ignacio Medina aponta algumas similitudes e diferenças presentes nessas três abordagens:

“Em cada um deles, existe um questionamento do modelo protecionista de um único Estado-nação, embora cada estratégia difira no conteúdo e no alcance dos objetivos supranacionais. O primeiro deu tradicionalmente uma grande importância à integração econômica sob a liderança dos Estados Unidos; os dois últimos partem do fato de numa identidade cultural forjada em vários séculos para aspirar a um desenvolvimento mais equilibrado, capaz de propiciar uma melhor distribuição da riqueza nacional” (Medina, 2000[a]: 29).

Analisando o processo de discussões das Cúpulas das Américas, Medina se pergunta em que medida as decisões conjuntas em torno de objetivos permanentes de integração que vão além do livre-comércio, incluindo a democracia, os direitos humanos, a educação e o combate à pobreza, não estariam indicando a incorporação, por parte do governo dos Estados Unidos, da perspectiva bolivariana. Sua percepção é negativa, especialmente se for levada em consideração a longa lista de intervenções na América Latina e no Caribe ao longo do século XX, muitas vezes sob o argumento da defesa da democracia.

Mesmo a partir de uma postura crítica da perspectiva pan-americana presente na proposta da ALCA⁸¹, Medina reconhece que “no final do século XX ainda não é possível fazer referência concreta a um projeto político latino-americano” (op. cit. 41). No entanto, as perspectivas futuras não são desfavoráveis; para o autor, existe um crescente reconhecimento externo e interno da região como área cultural com potencialidades integracionistas.

A combinação de pessimismo com a realidade presente e otimismo com o futuro perpassa o conjunto dos autores aqui analisados, independentemente das diferenças entre as posturas que trabalham com a idéia de espaço cultural e as que retomam a noção de identidade regional. No entanto, a caracterização dos atores e das especificidades que definem a comunidade de valores são dois aspectos problemáticos na visualização de uma perspectiva latino-americana capaz de gerar projetos comuns alternativos.

Em relação aos atores, conforme chama a atenção Ortiz, o mercado e os governos estão dando o tom das negociações nos acordos de livre-comércio.

Tendo em vista que a discussão sobre as alternativas colocadas a partir dos movimentos sociais será objeto de análise das próximas seções, nos deteremos no segundo ponto, apresentando três estudos que buscam sistematizar aspectos característicos da identidade latino-americana.

Para Gregório Recondo, não existem dúvidas quanto à existência de uma identidade regional. O autor elabora uma lista exaustiva de produtos culturais que expressam a criatividade latino-americana. Tendo em vista a ampla abrangência do levantamento, que inclui realizações internacionalmente reconhecidas nas áreas da literatura, música, poesia, artes plásticas e ciências⁸², destacamos nove que consideramos diretamente vinculadas à nossa análise:

- O “realismo fantástico” na literatura
- A teoria da deterioração dos termos de troca
- A relação centro-periferia e os comportamentos diferenciais do capitalismo periférico
- A teoria da dependência
- O “populismo” como sistema político
- A Teologia da Libertação
- A escola estruturalista latino-americana
- A Pedagogia do oprimido, de Paulo Freire
- A filosofia da libertação, nos termos de Leopoldo Zea e Enrique Dussel⁸³.

A preocupação de Recondo com o resgate dos produtos da criatividade regional não está pautada por uma valoração acrítica circunscrita à origem⁸⁴. O objetivo principal é marcar a importância da contribuição da América Latina e do Caribe para a cultura universal, ponto de apoio do seu otimismo em relação ao futuro da integração da região, baseado em fortes laços de identidade com potencial de gerar projetos que promovam “o alargamento da consciência nacional de pertença” (1997: 362):

“Quando falamos dos elementos identitários afins dos nossos povos, fazemos referência à origem comum, aos vínculos de caráter histórico e geográfico, aos mútuos padecimentos históricos, às afinidades de língua e religião, à confluência de projetos análogos” (1997: 367).

A esses fatores, Recondo acrescenta outros três de especial importância na configuração de projetos integracionistas: 1) a identificação “hispanica” com base na língua espanhola; 2) os valores associados ao catolicismo; 3) a mestiçagem étnica e cultural.

Esses aspectos também estão presentes na análise de Medina, que sistematiza sete componentes que considera expressivos da identidade regional: 1) a mistura original de grupos humanos a partir do período colonial entre espanhóis, indígenas e negros, quando a língua espanhola e a religião católica aparecem como importantes desdobramentos comuns; 2) a idéia de

uma pátria comum, presente nas lutas pela independência do século XIX, mas que repercute permanentemente como objetivo compartilhado; 3) a projeção internacional da literatura latino-americana, cujo reconhecimento identifica traços comuns; 4) o questionamento do imperialismo dos Estados Unidos, o "outro" frente ao qual "nos definimos mais pelo que não somos perante o mundo anglo-saxão" (2000[b]: 163); 5) a presença indígena, principalmente a procedente das civilizações Asteca, Maia e Inca, com forte influência cultural em algumas regiões e países; 6) a busca da cooperação econômica e da integração como perspectiva de desenvolvimento regional e de defesa de interesses frente aos desafios da globalização; 7) "A utopia de uma comunidade de sociedades que aspira a um melhor nível de justiça social e a um maior respeito aos direitos fundamentais do homem em regimes que aspirem transitar para a democracia" (op. cit.).

Os principais elementos da identidade regional apresentados por Recondo e Medina são também detectados pela pesquisa *América Latina a principios del Siglo XXI: Integración, Identidad y Globalización. Actitudes y expectativas de las élites latinoamericanas*, realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Instituto para a Integração de América Latina e do Caribe (INTAL), pertencente ao BID.

Entre 1998 e 1999, uma equipe do INTAL entrevistou políticos, empresários e lideranças de opinião (religiosos, intelectuais e acadêmicos, jornalistas e sindicalistas) de 17 países da América Latina continental⁸⁵, consultando-os sobre suas percepções em relação à globalização, à integração e à identidade cultural comum.

Em relação ao primeiro tema, 93% consideram que o mundo tende a ser crescentemente globalizado, sendo que 88% acreditam no crescimento do comércio internacional e da sua liberalização. No entanto, 97% acreditam que esse processo envolve fortes riscos para a região. Para 81%, o principal é não conseguir concorrer, para 37%, a perda de identidade

ade ou soberania, e para 22%, os desequilíbrios sociais que poderiam ser gerados (PNUD/BID – INTAL, 2001: 60-61).

No tema da integração, embora a maioria, 77%, considere que a meta de médio prazo deva ser a integração do conjunto do hemisfério, incluindo Estados Unidos e Canadá, existem diferenças em relação à velocidade: 40% são favoráveis ao curto prazo, 37% preferem um prazo de dez ou mais anos. Essas diferenças têm uma forte expressão regional:

"Quanto mais ao norte, mais amplas são as maiorias com perspectivas de curto prazo: a maior é a mexicana, 63% de curto prazo contra 23% de longo prazo, seguida de perto por América Central. Os países andinos são um pouco menos adeptos do curto prazo, e no MERCOSUL a maioria se inverte. Em todos os países membros do MERCOSUL maiorias 'relativas' das elites têm perspectivas de longo prazo; as brasileiras são as mais tendentes ao longo prazo de todas (50%, contra apenas 22% tendentes ao curto prazo)" (op. cit.: 62).

Apesar das diferenças no que se refere à velocidade, um aspecto que sobressai nos resultados das entrevistas é a mudança de postura em relação aos Estados Unidos. Comparando com a posição das elites do MERCOSUL no início da década de 1990, quando 47% considerava que a integração devia excluir esse país, no novo levantamento, a rejeição se reduziu para 20%. Na vanguarda dessa nova postura estão os empresários, que aparecem como “os principais defensores da integração com EUA” (op. cit.: 63).

O apoio ao projeto da integração hemisférica tem como principal sustentáculo a convicção da maioria (52%) de que sua concretização beneficiará a todos os países. No entanto, para 31%, o principal beneficiário serão os Estados Unidos.

Os receios em relação ao vizinho do norte são captados nas respostas às questões sobre o tema da identidade comum. Para 78% dos entrevistados “existe alguma classe de identidade cultural latino-americana comum a todos os países de fala hispano-portuguesa” (op. cit.: 64), que teria sido forjada ao longo dos últimos cinco séculos. Na definição das clivagens culturais mais importantes, 74% consideram as que separam anglofalantes de latino-americanos e 12% as que separam os de fortes culturas pré-colombianas dos demais. Entre os principais componentes da identidade detectados pela pesquisa, destacam-se:

“as línguas ibéricas, o catolicismo, o ‘familismo’ (um acento muito pouco individualista na importância da família), a mestiçagem, especialmente nos países maiores e nos andinos (e com ele certa tolerância relativa das diferenças étnicas), e uma tradição política ibérica que, por baixo de uma roupagem republicana (e presidências ‘imperiais’), em muitos aspectos continuaria as formas da autoridade colonial” (op. cit.: 65).

A esses fatores, soma-se um componente posterior à independência, com mais de um século e meio de vida: o anti-norte-americanismo, principal marca de separação percebida entre a caracterização do “nós” e “eles”. “Esse anti-norte-americanismo não é somente parte da identidade cultural das elites: de acordo com os resultados das primeiras pesquisas de opinião pública de alcance latino-americano, esse anti-norte-americanismo goza hoje de muito boa saúde na maioria dos eleitorados” (idem).

Nas conclusões do estudo, considera-se que o contraste entre essa postura negativa em relação aos Estados Unidos e a aceitação da iniciativa da integração hemisférica indicaria uma mudança de tendência nas elites, que estaria afetando o anti-norte-americanismo tradicional, dado que o “processo que se observa hoje deve avançar, vencendo as resistências das identidades já configuradas” (idem).

As análises de Recondo e Medina e do estudo do INTAL apresentam uma síntese representativa de traços característicos de singularidades culturais latino-americanas, no entanto, o trânsito entre a delimitação do que é singular e a definição de uma identidade essencialmente regional permanece como

hipótese. Essa é uma das diferenças marcantes com as abordagens culturalistas dos capítulos anteriores, referenciadas na afirmação dos valores ocidentais.

Conforme chama a atenção Roberto Da Matta, “esse Ocidente que decreta o fim das culturas, reduzindo toda a dinâmica social a um jogo de força entre oferta e procura, produção e consumo e utilidade e obsolescência, toma medidas para preservar a sua cultura!” (2001: 177). Para ele, na discussão sobre as identidades que perpassam as relações entre o global e o local, a demarcação das diferenças é um ponto de partida necessário.

“Seria, portanto, partindo do que temos e de como somos, que poderemos calibrar melhor o que não temos e o que almejamos ser. Em outras palavras, a nossa inserção em um mundo globalizado depende de uma visão duplamente crítica. De um lado, a crítica dos pressupostos da globalização e da modernidade; de outro, uma crítica das nossas atitudes e valores” (op. cit.: 175).

Às margens do Império

“Mulheres, crianças, anciãos, jovens, indígenas, ecologistas, homossexuais, lésbicas, soropositivos, trabalhadores e todos aqueles e aquelas que não apenas ‘sobram’, senão que também ‘atrapalham’ a ordem e o progresso mundial, se rebelam, se organizam e lutam. Sabendo-se iguais e diferentes, os excluídos da ‘modernidade’ começam a tecer as resistências em contra do processo de destruição/despovoamento e reconstrução/reordenamento que leva adiante, como guerra mundial, o neoliberalismo”

Exército Zapatista de Libertação Nacional (1997)

A valorização da identidade cultural, como ponto de confluência de interesses e de construção de iniciativas capazes de fazer frente aos desafios da ordem global, está presente na análise de Manuel Castells sobre a Era da Informação, embora, diferentemente dos autores analisados nas seções anteriores, sua percepção em relação às possibilidades estruturais alternativas oriundas de projetos comunitários seja bastante pessimista.

A economia informacional, denominação de Castells para o modo de desenvolvimento característico da atual fase do capitalismo, estrutura-se em torno de redes que integram o mundo numa “unidade em tempo real, em escala planetária ... com base na nova infra-estrutura propiciada pelas tecnologias de informação e comunicação” (1999[a]: 111).

Frente ao poder de conectar e desconectar “indivíduos, grupos, regiões e até países, de acordo com sua pertinência na realização dos objetivos processados na rede” (1999[a]: 41), as resistências com base na construção de identidades comunais têm sido a principal resposta, conduzindo a uma nova bipolaridade que opõe a Rede e o Ser.

“Quando a Rede desliga o Ser, o Ser, individual ou coletivo, constrói seu significado sem a referência instrumental global: o processo de

desconexão torna-se recíproco após a recusa, pelos excluídos, da lógica unilateral de dominação estrutural e exclusão social” (1999[a]: 41).

Com base nos fatores de origem, Castells distingue três formas de identidade: legitimadora, que racionaliza a dominação das elites globais; de resistência às diversas formas de exclusão promovidas pela ordem hegemônica, que conduz à formação de comunidades; e a de projetos, que produz sujeitos. No entanto, as possibilidades de realização humana que atribui a cada uma delas são extremamente desiguais:

“... exceto para a elite que ocupa o espaço atemporal de fluxos de redes globais e seus locais subsidiários, o planejamento reflexivo da vida torna-se impossível. ... Sob essas novas condições, as sociedades civis encolhem-se e são desarticuladas, pois não há mais continuidade entre a lógica da criação de poder na rede global e a lógica de associação e representação em sociedades e culturas específicas. ... Enquanto na modernidade a identidade de projeto fora constituída a partir da sociedade civil (como, por exemplo, no socialismo, com base no movimento trabalhista), na sociedade em rede, a identidade de projeto, se é que se pode desenvolver, origina-se a partir da resistência comunal” (1999[a]: 27-28).

Para Castells, os partidos políticos e os movimentos trabalhistas perderam a capacidade de estruturar programas de transformação social. Os primeiros, pelas limitações próprias de uma esfera de atuação cuja principal referência é o Estado-nação; os segundos, pela desestruturação das bases econômicas favoráveis à construção de identidades coletivas⁸⁶. Restariam os movimentos de resistência à globalização com potencial de gerar sujeitos, nos quais o autor situa ecologistas, feministas, nacionalistas-localistas e religiosos.

Na América Latina, Castells dá destaque ao movimento zapatista, que considera exemplo bem-sucedido da combinação entre resistência comunitária e utilização dos meios informacionais. Eles “não são subversivos, mas rebeldes legitimados. São patriotas mexicanos, em luta armada contra novas formas de dominação estrangeira pelo imperialismo norte-americano” (1999[b]: 103). Seu sucesso “deveu-se, em grande parte, à sua estratégia de comunicação, a tal ponto que eles podem ser considerados o primeiro movimento de guerrilha informacional” (1999[b]: 103).

Apesar do impacto desse movimento, dentro e fora do México, como reação legítima aos desdobramentos excludentes da modernização neoliberal, bloqueando a capacidade repressiva do Estado com a utilização eficiente dos meios de comunicação, Castells coloca dúvidas em relação ao futuro, especialmente no que se refere à ultrapassagem da fase da resistência, tendo em vista a indefinição dos zapatistas sobre seu projeto político.

Esse problema é identificado pelo autor nos diversos exemplos de movimentos comunitários progressistas que apresenta. A valorização dessas formas de resposta como desencadeadoras de projetos alternativos é, conforme suas palavras, meramente especulativa. Como resultado, instala-se na sua análise a resignação com uma realidade opressiva, cuja tendência

dominante é a desestruturação das identidades coletivas, inclusive as que legitimaram a origem da Era informacional:

“Trágica ironia o fato de que, num momento em que a maioria dos países do mundo finalmente conquistou o acesso às instituições da democracia liberal (em minha opinião, a base de toda democracia), tais instituições encontram-se tão distantes da estrutura e processos realmente importantes que acabam parecendo, para a maioria das pessoas, um sorriso de sarcasmo estampado na nova fase da história À primeira vista, estamos testemunhando o surgimento de um mundo exclusivamente constituído de mercados, redes, indivíduos e organizações estratégicas, aparentemente governado por modelos de ‘expectativas racionais’” (1999[b]: 418).

Nesse mundo sem elites estáveis, o autor reconhece no Estado, especialmente nas esferas locais e regionais, uma possibilidade de resposta ao poder das redes globais:

“O Estado não desaparece ... Prolifera sob a forma de governos locais e regionais que se espalham pelo mundo com seus projetos, formam eleitorados e negociam com governos nacionais, empresas multinacionais e órgãos internacionais. A era da globalização da economia também é a era da localização da constituição política. O que os governos locais e regionais não têm em termos de poder e recursos é compensado pela flexibilidade e atuação em redes. Eles são o único páreo, se é que existe algum, para o dinamismo das redes globais de riqueza e informação” (Castells, 2000: 435).

Diferentemente de Castells, Michael Hardt e Antonio Negri descartam de forma categórica a possibilidade de construção de resistências anti-sistêmicas a partir dos Estados. Para eles, na nova ordem mundial, perdeu sentido a diferenciação entre espaços internos e externos. A fase imperialista, baseada na expansão territorial impulsionada pelos Estados-nação, deu lugar ao Império, abarcador da totalidade. Já não há lado de fora, instalou-se o reino do mercado mundial, tornando obsoletas as separações de países com base nas noções tradicionais de hierarquia dos mundos.

“Se o Primeiro Mundo e o Terceiro, o centro e a periferia, o Norte e o Sul realmente já estiveram separados por fronteiras nacionais, hoje eles claramente entornam uns nos outros, distribuindo desigualdade e barreiras ao longo de linhas múltiplas e fraturadas. Isso não quer dizer que Estados Unidos e Brasil, Inglaterra e Índia agora são territórios idênticos em termos de produção e circulação capitalista, mas sim que entre eles não existem diferenças de natureza, apenas de grau” (2001: 357).

Do ponto de vista das abordagens legitimadoras da nova realidade, o Império representa o fim da história. Nesse sentido, os autores reconhecem as bases concretas que alimentam perspectivas como a de Fukuyama, para quem desapareceram definitivamente as alternativas ao capitalismo, eliminando as bases de conflito originárias de forças externas ao sistema. Para Hardt e Negri,

que se situam entre os críticos da ordem, o Império representa um avanço em relação ao imperialismo:

“No sentido de deixar para trás qualquer nostalgia de estruturas de poder que o precederam e recusar qualquer estratégia política que implique a volta ao velho arranjo, como, por exemplo, tentar ressuscitar o Estado-nação em busca de proteção contra o capital global. Sustentamos que o Império é melhor, da mesma forma que Marx insistia que o capitalismo é melhor do que as formas de sociedade e modos de produção que o precederam” (2001: 62).

A partir desses pressupostos, é realizado um esforço de caracterização dos atores que contribuem para a consolidação do poder imperial e das forças sociais capazes de apresentar uma alternativa anti-sistêmica.

Em relação à configuração do poder, os autores identificam uma estrutura piramidal composta por três camadas. A primeira inclui, na cúspide, os Estados Unidos, detentores de legitimidade para o uso da força em “guerras justas” contra os inimigos da ordem, seguidos pelos países capitalistas avançados, cuja principal colaboração se dá no controle dos instrumentos comerciais e monetários globais, aos quais se somam um conjunto de organizações que consolidam a gestão e o controle militar e monetário. A segunda inclui as redes de empresas transnacionais que organizam os mercados, e os Estados-nação, que “captam e distribuem os fluxos de riqueza de e para o poder global, e disciplinam suas próprias populações tanto quanto possível” (2001: 332). A terceira é composta pela “multidão”, cuja representação busca ser conduzida, pelos detentores do poder, através de duas instâncias: os Estados-nação, expressão jurídica da vontade geral das populações de cada país, e organizações da “sociedade civil global”, como a mídia, as instituições religiosas e as ONGs, consideradas como as mais importantes.

As ONGs são definidas por Hardt e Negri como organizações que pretendem “representar o Povo e trabalhar em seu interesse, à parte das estruturas de estado (e geralmente contra elas)” (2001: p. 333). Entre as diversas formas de intervenção imperial, as ONGs seriam parte do instrumental de intervenções morais, especialmente as de caráter humanitário como Anistia Internacional, Oxfam, Médicos sem Fronteiras que “são de fato (ainda que isso vá de encontro às intenções dos participantes) as mais poderosas armas de paz da nova ordem mundial –as campanhas de caridade e ordens mendicantes do Império” (op. cit.: 54-55).

No campo da caracterização das forças anti-sistêmicas, dois aspectos são destacados pelos autores: 1) a concepção totalizante do Império, cuja soberania abrange o centro e as margens, circunscrevendo o terreno das lutas ao interior do sistema, ampliando as potencialidades revolucionárias pela polarização crescente entre opressores e oprimidos; 2) a transformação dos oprimidos num novo proletariado, diferente da classe operária industrial –sujeito revolucionário das fases anteriores do capitalismo– que inclui todos os trabalhadores explorados diretamente ou indiretamente pelo capital.

No entanto, apesar da nítida visibilidade da polaridade entre opressores e oprimidos, as lutas sociais perdem o sentido anterior de unidade classista. “Essa nova fase é definida pelo fato de que essas lutas não se vinculam horizontalmente, mas cada uma salta no sentido vertical, diretamente para o centro virtual do Império”⁸⁷ (op. cit.: 77). Como exemplo, os autores enumeram diversos movimentos de resistência: as manifestações na Praça de Tiananmen de 1989 na China, a intifada nos territórios árabes ocupados por Israel, as revoltas em Los Angeles em 1992 e em Chiapas a partir de 1994, as greves na França em 1995 e na Coreia do Sul em 1996.

Hardt e Negri consideram que as resistências ainda não apontam para alternativas políticas concretas ao Império, chamando a atenção para as dificuldades de interlocução entre esses movimentos, apontando como desafios a necessidade de “reconhecer um inimigo comum e inventar uma língua de luta comum” (2001: 76).

Na perspectiva de indicar linhas de ação capazes de contribuir para a construção de um projeto anti-sistêmico, os autores definem quatro demandas políticas radicais passíveis de expressarem os interesses da multidão: 1) cidadania global, reconhecendo aos trabalhadores migrantes direitos plenos nos locais em que moram, da mesma forma que o capital reivindica, e geralmente obtém, a livre circulação e localização; 2) salário social e renda básica garantida a toda a população, homens e mulheres, empregados e desempregados; 3) direito a reapropriação, que significa “ter livre acesso a, e controle de, conhecimento, informação, comunicação e afetos” (op. cit.: 430); 4) a capacidade de tornar-se sujeito, evento ainda imprevisível, e para o qual os autores não tem modelo a oferecer, transferindo essa tarefa para a criatividade da multidão.

Na vertente oposta da abordagem do *Império*, Paul Hirst e Grahame Thompson questionam as posturas que associam a globalização com o domínio inquestionável das forças de mercado, que condenam à irrelevância qualquer estratégia nacional de desenvolvimento. A valorização do papel do Estado-nação como fator de governabilidade é um dos argumentos contra o que denominam o “mito da globalização”. Para eles, cinco características presentes na atual “economia internacional” dão sustento à tese de que não existe uma nova etapa do capitalismo, mas o aprofundamento de tendências históricas.

“1. ... Em certos aspectos, a economia internacional atualmente é menos aberta e integrada do que o regime que prevaleceu de 1870 a 1914. 2. ... A maior parte das empresas tem uma forte base nacional e comercializa multinacionalmente fundada em uma maior localização nacional da produção e das vendas, e não parece haver uma maior tendência de crescimento de empresas realmente internacionais. 3. ... o investimento externo direto é altamente concentrado nas economias industriais avançadas, e o Terceiro Mundo continua marginalizado, tanto em relação aos investimentos quanto às trocas, exceto em uma pequena minoria de novos países industrializados. 4. ... os fluxos de comércio, de investimento e financeiro estão concentrados na Triade da Europa,

Japão e América do Norte, e parece que esse domínio vai continuar. 5. Portanto, essas grandes potências econômicas, o G3, têm então a capacidade, especialmente se coordenam a política, de exercer fortes pressões de governabilidade sobre os mercados financeiros e outras tendências econômicas” (1998: 15).

Em função das características apontadas, os autores atribuem ao Estado importantes funções legitimadoras e reguladoras. No primeiro caso, destacam capacidades específicas que os diferenciam de outras agências: “sua habilidade para fazer negociações, em cima porque são representantes de territórios, embaixo porque são poderes legitimados constitucionalmente” (1998: 297). No segundo caso, apontam, como aspecto crucial, o controle das populações sob a sua jurisdição, tendo em vista que a maioria das pessoas permanece vinculada ao seu território de nascimento, ao mesmo tempo em que “a riqueza e a renda não são globais, mas são nacional e regionalmente distribuídas entre os Estados mais pobres e mais ricos e as pequenas localidades” (1998: 280-81).

Hirst e Thompson buscam resgatar o significado dos Estados-nação, como poderes públicos a serviço de políticas defensoras da pluralidade e da democracia, contra a ofensiva avassaladora das forças do mercado. Sua crítica não tem como alvo apenas os ideólogos da globalização vinculados ao poder dominante, inclui também a esquerda radical, identificando um acordo implícito entre o dois extremos contra o reformismo social dentro do sistema:

“Diante do colapso do socialismo de Estado e das lutas antiimperialistas do Terceiro Mundo, a esquerda vê na globalização a continuidade da realidade do sistema capitalista mundial. Vê também a futilidade das estratégias reformistas democráticas sociais nacionais. A esquerda revolucionária pode estar enfraquecida, mas os reformistas não podem mais declarar que possuem políticas pragmáticas efetivas. A esquerda e a direita podem, assim, celebrar o fim da era keynesiana” (1998: 273).

Sem desconsiderar a veracidade dos dados quantitativos apontados por Hirst e Thompson, que acentuam algumas das tendências presentes nas fases iniciais do capitalismo monopolista⁸⁸, François Chesnais coloca em questão os pressupostos metodológicos e as opções políticas decorrentes da sua abordagem, chamando a atenção para a diferença entre mundialização da economia e mundialização do capital. Desta perspectiva, aponta na direção das mudanças qualitativas, destacando três níveis de “relações constitutivas de uma *totalidade sistêmica*”:

“O primeiro diz respeito à categoria de capital enquanto tal. Valor voltado para a autovalorização e relação social baseada na propriedade privada dos meios de produção, o capital deve, no entanto, ser pensado como uma unidade diferenciada e hierarquizada. O capital produtivo ..., o capital comercial ... e o capital-dinheiro. ... O segundo nível de análise da mundialização do capital como totalidade sistêmica é o da economia mundial compreendida como espaço de rivalidade e como conjunto de relações de dominação e de dependência política entre Estados. Aqui, a

abordagem em termos de unidade diferenciada e hierarquizada também se impõe" (Chesnais, 2001: 87-89).

O terceiro nível está relacionado com o que o autor denomina "modo de acumulação financeirizado mundial", que solidifica duas hierarquias vinculadas aos dois níveis anteriores: na dimensão do capital, o comando do processo de autovalorização do capital-dinheiro, na dimensão da economia mundial, o comando da política monetária dos Estados Unidos.

Como dados significativos da crescente "autonomia relativa" da esfera financeira, Chesnais destaca o aumento do volume de transações nos mercados de câmbio a partir de 1980, que se multiplicou por dez, chegando a atingir um volume diário de 1 trilhão de dólares em 1992 e 1,5 trilhão em 1995 –dos quais apenas 3% correspondem ao comércio internacional de mercadorias–, e o crescimento dos ativos financeiros, duas vezes e meia mais rápido do que a formação de capital fixo. Desta forma, "em 1992, os ativos acumulados eram o dobro do que o PNB acumulado de todos os países da OCDE juntos, e treze vezes mais do que suas exportações totais"⁸⁹ (1996: 244).

Outra tendência característica do processo de mundialização destacado pelo autor é o grau de concentração das atividades econômicas no campo das trocas comerciais e da propriedade dos meios de produção. Em relação ao primeiro aspecto:

"Estima-se que as empresas multinacionais estão envolvidas (enquanto matrizes, filiais ou firmas receptoras em acordos de subcontratação transfronteiras) em mais de 2/3 das trocas internacionais de bens e serviços. Assinala-se que cerca de 35% do comércio mundial pertencem à categoria 'intragrupos'" (1996: 85).

Em relação à propriedade dos meios de produção, Chesnais destaca a concentração do investimento estrangeiro direto (IED) nos países capitalistas avançados (80% nos anos 1980), sendo que 3/4 desse investimento são destinados a fusões e aquisições de empresas. Em termos da concentração da IED por empresas, em 1990, 1/3 do total mundial correspondia às 100 maiores multinacionais, que "possuíam ativos de valor acumulado da ordem de 3,2 trilhões de dólares, sendo cerca de 40% situados fora do país de origem" (1996: 72).

Para Chesnais, o novo regime de acumulação apresenta três efeitos críticos principais: 1) baixos ritmos de crescimento na maioria das regiões do mundo; 2) aumento do desemprego combinado com a equiparação dos níveis salariais e dos regimes de trabalho na direção dos países com maiores níveis de exploração; 3) aumento das desigualdades entre países e, no âmbito interno de cada um, das desigualdades entre setores sociais.

Como resposta política à mundialização do capital, o autor confere aos movimentos grevistas franceses de 1995 e às manifestações de trabalhadores alemães de 1996 um papel relevante. Nesse aspecto, explicita suas diferenças com a perspectiva de Hirst e Thompson, centrada no fortalecimento da capacidade reguladora dos Estados-nação, que vincula com a do Partido Socialista Francês, que "vê os acordos de Maastricht e a moeda única europeia

como 'passagem obrigatória' para uma 'regulação' (*governance*) mundial exercida por um G3, do qual a França participaria ... por intermédio de um Banco Central Europeu independente!" (2001: 82).

Sua proposta valoriza a criação de uma Europa Social, que congregue os movimentos anti-mundialização do capital em torno de um programa supranacional comum centrado nos seguintes pontos: 1) repúdio da dívida pública ou moratória; 2) expropriação e estatização do sistema bancário europeu; 3) protecionismo comercial e financeiro em relação ao exterior; 4) controle sobre o movimento de capitais; 5) criação de um direito único nos âmbitos do trabalho, proteção social e aposentadoria; 6) elaboração de um orçamento comum que permita a obtenção de altos rendimentos fiscais, favorecendo políticas de alcance europeu nas áreas de obras e serviços públicos, meioambiente, e ajuda aos países em desenvolvimento; 7) adoção de uma política externa comum.

A expansão financeira retratada por Chesnais é um dos elementos importantes da caracterização que Giovanni Arrighi e Beverly Silver fazem da atual fase do capitalismo, que estaria passando por um processo de mudança sistêmica, que vinculam com o declínio da hegemonia dos Estados Unidos. Analisando os períodos de transição hegemônica holandês-britânico e britânico-norte-americano, os autores apontam para a existência de padrões comparáveis de crise e reorganização marcados por "três processos distintos mas estreitamente relacionados: a intensificação da concorrência interestatal e interempresarial; escalada dos conflitos sociais; e o surgimento intersticial de novas configurações de poder" (2001: 39).

Independentemente das especificidades de cada situação histórica, as três crises hegemônicas apresentam como elemento comum as expansões financeiras:

"São o momento em que o líder de uma grande expansão do comércio e da produção mundiais que está chegando ao fim colhe os frutos de sua liderança, sob a forma de um acesso privilegiado à liquidez hiperabundante que se acumula nos mercados financeiros mundiais. Esse acesso privilegiado permite que a nação hegemônica em declínio barre, por algum tempo, as forças que desafiam a continuidade de sua dominação" (op. cit.: 42).

O atual contexto de expansão financeira, que tem como centro os Estados Unidos, representa para os autores um sinal de crise hegemônica que, no entanto, apresenta algumas peculiaridades em relação às fases anteriores:

- a potência em declínio não tem concorrentes no campo militar, mas tornou-se dependente, na administração do seu poder, de recursos financeiros de outros centros de acumulação de capital, marcadamente Europa Ocidental e o Japão;
- diferentemente do processo de globalização das últimas décadas do século XIX, em que os Estados-nação eram protagonistas fundamentais da internacionalização do capital, há uma diminuição do seu poder em detrimento do setor privado transnacional;

- em comparação ao aumento dos conflitos sociais que acompanhou os períodos de transição holandesa e britânica, especialmente os vinculados à luta antiescravista e ao movimento operário, os autores identificam uma perda conjuntural de poder dos movimentos sociais. No entanto, consideram que os efeitos estruturais desagregadores da atual configuração global tendem a criar novas fontes de conflito para as quais não existe capacidade adequada de resposta. Neste aspecto, assumem a mesma perspectiva de Immanuel Wallerstein, para quem “o capitalismo mundial, tal como instituído na atualidade, não tem como acolher o conjunto das demandas do Terceiro Mundo (de relativamente pouco por pessoa, mas para muitas pessoas) e da classe trabalhadora ocidental (para relativamente poucas pessoas, mas de muito por pessoa)” (Arrighi e Silver, 2001: 294);

- nas transições hegemônicas anteriores, a emergência de uma nova potência precipitou o desmoronamento do antigo poder: Inglaterra em relação à Holanda, Estados Unidos em relação à Inglaterra. “Mas a hegemonia só é solidamente conquistada pela vitória em uma ‘guerra mundial’ de trinta anos –a Guerra dos Trinta Anos, de 1618 a 1648, as Guerras Napoleônicas, de 1792 a 1815, e as longas guerras eurásianas de 1914 a 1945” (op. cit.: 33).

Embora os autores coloquem em evidência a crescente expansão econômica do Leste da Ásia, isso não configura uma ameaça ao poderio militar estadunidense. Essa situação impõe uma marca peculiar a atual mudança no sistema mundial, cujo desfecho poderá ser mais ou menos problemático dependendo da atitude dos Estados Unidos.

“essa nação tem uma capacidade ainda maior do que teve a Grã-Bretanha, cem anos atrás, para converter sua hegemonia decrescente em uma dominação exploradora. Se o sistema vier a entrar em colapso, será sobretudo pela resistência norte-americana à adaptação e à conciliação. E, inversamente, a adaptação e a conciliação norte-americanas ao crescente poder econômico da região do Leste da Ásia é condição essencial para uma transição não catastrófica para uma nova ordem mundial” (Arrighi e Silver, 2001: 298).

As respostas do governo dos Estados Unidos aos atentados de 11 de setembro representaram um teste importante para os argumentos da crise de hegemonia. Sem rejeitar completamente as teses de Arrighi e Silver, Ana Esther Ceceña sustenta que “a hegemonia estadunidense está em decadência ao mesmo tempo em que se encontra mais forte e consolidada do que nunca antes na história” (2002: 181).

Em apoio dessa afirmação aparentemente contraditória, Ceceña destaca os fatores que sustentam e comprometem a manutenção da posição hegemônica. Paralelamente à supremacia militar apontada por Arrighi e Silver, adquirem relevância as dimensões econômica e cultural.

No plano econômico, verifica-se a:

“Superioridade tecnológica em quase todos os campos estratégicos da concorrência...; superioridade no controle de fontes naturais de recursos estratégicos; rede produtiva de maior amplitude e densidade no mundo; manejo do mercado de trabalho mais diverso do ponto de vista cultural, geográfico e de níveis e tipos de conhecimento; capacidade de controle dos mecanismos de organização econômica mundial tais como políticas gerais (BM, OMC e outros), dívida (FMI, FED e outros), protocolos de regulamentação, etc.” (op. cit.: 168-169).

No âmbito cultural, reconhece a:

“Capacidade para generalizar, ainda que com contradições, um paradigma cultural correspondente ao *american way of life* –e ao que este significa traduzido a outras situações e culturas– que coincide com a homogeneização de mercados, a estandarização da produção e a uniformização das visões sobre o mundo” (op. cit.: 169).

Em relação aos fatores limitantes da hegemonia, há coincidência com Arrighi e Silver na caracterização dos impasses sociais gerados pelo sistema, não deixando aos setores populares outra alternativa fora da sua negação. “Um sistema sem opções, sem saídas, sem soluções para as imensas maiorias negadas que não têm maneira de se sustentar e cria, como dizia Marx, as condições da sua autodestruição” (op. cit.: 182).

A *tomada de consciência do insuportável*⁹⁰, por parte dos excluídos, está assumindo formas diversas: fundamentalismo anti-ocidental, movimentos sociais contra a globalização neoliberal, fortalecimento de partidos críticos da ordem nos eleitorados do “terceiro mundo”, com possibilidades concretas de alcançar o poder governamental (Brasil). Frente a este cenário, a percepção do caráter irremediável e irreversível da polarização entre países e setores sociais (pelo menos no curto e médio prazo), conduz o governo dos Estados Unidos a uma opção pela explicitação dos limites que demarcam as fronteiras do sistema, deflagrando uma campanha de amplo espectro destinada a diminuir níveis de incerteza, combatendo os “novos bárbaros” que se disseminam pelos territórios do império.

Frente à polarização provocada pelos Estados Unidos e pelo terrorismo de Al Qaeda, que busca capitalizar em seu favor o descontentamento mundial gerado pela hegemonia norte-americana, onde se situa a esquerda?

Para Emir Sader, o fim da União Soviética e a crise do chamado campo socialista trouxeram como uma das suas conseqüências “o desaparecimento da alternativa anti-capitalista e socialista do horizonte histórico contemporâneo” (2002: 151).

Se, por um lado, a oposição do fundamentalismo islâmico à nova ordem mundial coloca como alvo o poder imperial dos Estados Unidos, sem questionar a lógica econômica do capitalismo, a crítica da esquerda coloca como eixo a democratização do sistema, centrada na luta contra a exclusão e em favor da ampliação da cidadania. Dessa perspectiva, o movimento contra a globalização neoliberal deve avançar tanto no plano das discussões

estratégicas como na construção de forças políticas de expressão tanto local como internacional.

“Nossa corrida se faz em duas pistas: uma contra o neoliberalismo e sua expressão na hegemonia norte-americana no mundo, outra, contra as alternativas religiosas, que terminam enfraquecendo o caráter anti-capitalista que precisa ter a alternativa ao neoliberalismo” (op. cit.: 154).

Para um número crescente de intelectuais que partilham das preocupações de Sader, a experiência dos movimentos anti-mundialização está apontando um caminho promissor, embora incipiente, na direção de uma organização de alcance global.

Tomando como marco o primeiro encontro do Fórum Social, realizado em Porto Alegre em 2001, que se transforma rapidamente em contraponto do tradicional Fórum Econômico Mundial, que reúne anualmente as elites orgânicas do capital global; José Seoane e Emilio Taddei (2001) elaboraram uma genealogia das resistências mundiais e seus principais momentos organizativos. Entre os eventos apresentados, destacam os seguintes: 1) o Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, convocado pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional e realizado entre os dias 27 de julho e 3 de agosto de 1996, em Chiapas, reunindo mais de 3000 participantes originários de mais de 40 países; 2) a divulgação, no início de 1997, por parte de organizações não-governamentais, das negociações no âmbito da OCDE (Organização para o Comércio e o Desenvolvimento Econômico) do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), destinado a estabelecer marcos (des) regulatórios globais para a livre circulação de capitais, o que gerou um movimento de protesto cujo resultado foi a retirada de pauta do acordo; 3) a criação de ATTAC (Associação para uma Taxação de Transações Financeiras de Ajuda aos Cidadãos), em junho de 1998, por iniciativa do jornal francês *Le Monde Diplomatique*, com o objetivo principal de conseguir a aprovação internacional para a aplicação da taxa Tobin⁹¹ às transações financeiras especulativas, cuja arrecadação seria transferida para organizações internacionais e revertida para o combate à pobreza; 4) a “Batalha de Seattle”, local da reunião da OMC para o lançamento da Ronda de Negociações do Milênio para a liberalização comercial, onde um forte movimento de protesto impulsionado por ONG’s, sindicatos e movimentos sociais de vários países do mundo –com forte presença de representantes dos Estados Unidos– inviabilizou a iniciativa, ao mesmo tempo em que tornou visível para as diversas platéias mundiais a heterogênea resistência organizada contra o “pensamento único”. A partir desse evento, o itinerário dos protestos passará a acompanhar de forma sistemática o calendário de reuniões de organismos multilaterais, cúpulas presidenciais e demais fóruns nos quais os destinos das populações de países e regiões entram em pauta.

A criação do Fórum Social representa um momento qualitativamente especial, dada a confluência de movimentos com preocupações organizativas e programáticas. Para Manuel Monereo, estaríamos frente à emergência de

um novo sujeito político, com fôlego para tornar-se uma versão contemporânea da Primeira Internacional. Nesse sentido, dada a debilidade e relativo isolamento dos movimentos nacionais, recomenda uma postura que transite do geral para o particular:

“Não deveríamos pensar que a nossa única possibilidade é, nesta fase histórica, começar pelo internacional para sermos mais fortes no nacional? São tempos de refundações. Penso e imagino uma Internacional, como a Primeira, na qual pudéssemos conviver, atuar e lutar comunistas, socialistas, libertários e democratas radicais unidos por um programa e uns estatutos, e transversais às esquerdas realmente existentes em cada um dos nossos países” (2001: 189).

O processo de construção do novo sujeito político a partir da convergência da diversidade de movimentos e posturas teóricas que colocam no seu horizonte comum de luta a “globalização neoliberal” não está isento de controvérsias, especialmente no que se refere à delimitação das linhas divisórias entre opressores e oprimidos. Essa preocupação está presente na análise de Atilio Boron, que critica as teses de Castells e de Hardt/Negri. Em relação ao primeiro, coloca em questão a noção de “elite global”, que deixa de fora os principais expoentes da coalizão dominante, as corporações multinacionais, dando destaque às organizações multilaterais, aos países do G-7 e aos fóruns que reúnem os intelectuais orgânicos do capital. Na mesma linha de Chesnais, Boron explicita a natureza de classe da estrutura de poder:

“Aquilo que (Castells) denomina ‘elite global’ é, na realidade, uma classe dominante mundial constituída por gigantescos monopólios que controlam crescentemente os mais diversos setores da produção, as finanças, o comércio, os meios de comunicação de massas e toda uma amplíssima gama de serviços, e cuja lógica de acumulação condena a crescentes segmentos da população do mundo à miséria e ao despotismo dos mercados” (2001[a]: 35-36).

Em relação a Hardt e Negri, a crítica ressalta a noção de “império sem imperialismo”, que deixa transparecer um aparente desconhecimento da continuidade entre as lógicas das duas fases por eles demarcadas. Neste sentido, Boron destaca a articulação existente entre os governos dos países do capitalismo avançado, sob o comando dos Estados Unidos, as instituições multilaterais e os mercados no estabelecimento de “relações imperialistas de dominação”:

“Hardt e Negri parecem não ter percebido de que os atores estratégicos são os mesmos, as grandes empresas transnacionais, mas de base nacional, e os governos dos países industrializados; que as instituições decisivas continuam sendo aquelas que marcaram de forma ominosa a fase imperialista que eles já dão por terminada, como o FMI, o Banco Mundial, a OMC e outras similares; e que as regras de jogo do sistema internacional continuam sendo as que ditam principalmente os Estados Unidos e o neoliberalismo global, e que foram impostas coercitivamente durante o apogeu da contrarrevolução neoliberal dos anos oitenta e

começos dos noventa... Estaríamos mais perto da verdade se, parafraseando Lênin, disséssemos que o império é a 'etapa superior' do imperialismo" (2002: 137-138).

Como apoio à sua argumentação, Boron faz referência a teóricos conservadores como Huntington, que, conforme analisamos no primeiro capítulo, sistematiza de forma exemplar o caráter imperialista da política externa dos Estados Unidos.

Em termos de propostas capazes de desmontar o atual sistema de dominação, ele apresenta cinco iniciativas que considera passíveis de implementação imediata⁹²: 1) aplicação da Taxa Tobin, que geraria, tomando como referência os recursos que circulam pelas praças financeiras de Nova York e Londres, 200 bilhões de dólares ao ano; 2) elaboração de um marco regulatório para acompanhamento e controle das finanças internacionais, tendo como uma das medidas importantes a eliminação dos chamados "paraísos fiscais", facilitadores da evasão de divisas e lavagem de dinheiro de fontes ilegais; 3) anulação da dívida externa do Terceiro Mundo, que corresponde a apenas 10% da dívida total dos países, os 90% restantes pertencem ao mundo desenvolvido; 4) estabelecimento de marcos regulatórios do comércio internacional que contrabalancem a deterioração dos termos de troca dos países pobres, dependentes da exportação de *commodities*; 5) penalização dos governos e empresas que atentem contra o meio ambiente, e fixação de normas internacionais contra a exploração do trabalho infantil e demais formas de *dumping* social.

Para Boron, a viabilização dessas iniciativas exige dos movimentos anti-mundialização um forte protagonismo, capaz de influenciar favoravelmente os processos decisórios nos governos do G7. O aprofundamento da tendência iniciada em Seattle, que sinaliza para um processo de mudança na correlação de forças, deverá ser capaz de gerar a necessária vontade política em favor dessas mudanças.

As novas práticas emancipatórias e os dilemas do pensamento social

"... a noção de mais-valia me produziu um choque quando eu tinha dezoito ou dezenove anos. Compreendi verdadeiramente a exploração, a injustiça, de uma maneira que só pressentia vagamente, já que via bem que havia ricos, pobres, explorados etc. Ali pude ver como era sistematizado. Isso me impressionou muito"

Simone de Beauvoir (1990)

Uma primeira aproximação ao conjunto das análises apresentadas na seção anterior revela importantes coincidências básicas: chamado de atenção para a existência de um sistema de dominação global, promotor de graus inéditos de polarização social, que desperta um incipiente, mas crescente,

processo de mobilização dos setores afetados. Ao nos adentrarmos nos detalhes de cada abordagem, o panorama se complica. As diferenças na caracterização da nova configuração das relações internacionais e seus atores relevantes, dos mecanismos de exploração e de exercício do poder, dos setores dominantes e subalternos, da viabilidade estrutural do sistema, compõem um quadro de dificuldades para o objetivo, comum à maioria dos autores, de formulação de uma alternativa sistêmica capaz de incorporar a experiência originária dos movimentos sociais.

Marta Harnecker pontua aspectos relevantes para a compreensão dos problemas acima apontados. Referindo-se à esquerda latino-americana, identifica uma crise de três dimensões: 1) teórica, vinculada à “sua incapacidade histórica de elaborar um pensamento próprio, que parta da análise da realidade do subcontinente e de cada país, das suas tradições de luta e das suas potencialidades de mudança” (2000: 319), e à crise do marxismo, produto da dogmatização da sua herança, exigindo um novo esforço de sistematização das suas contribuições, especialmente no campo dos estudos sobre a especificidade atual do capitalismo e da caracterização do sujeito da transformação social; 2) programática, em que se percebe “um excesso de diagnóstico e uma ausência de terapêutica” associados às “dificuldades para conceber um projeto transformador que possa assumir os dados da nova realidade mundial e que permita fazer confluir num único feixe todos os setores sociais afetados pelo regime imperante” (2000: 333); 3) orgânica, associada à crise dos partidos como instrumentos políticos de atração, mobilização e aglutinação das lutas anti-sistêmicas, em que aponta para a necessidade de abandonar o reducionismo classista, ampliando a perspectiva em relação à caracterização dos sujeitos reais e potenciais da emancipação.

“Além dos problemas de classe, a organização política deve preocupar-se com os problemas étnico-culturais, de raça, de gênero, de sexo, de meio ambiente. Deve ter presente não só a luta dos trabalhadores organizados, mas também a luta das mulheres, dos indígenas, negros, jovens, crianças, reformados, deficientes, homossexuais, etc.”. (2000: 363).

Entre as experiências destacadas por Harnecker como expressivas das novas alternativas que surgem de práticas inovadoras, estão algumas iniciativas adotadas pela esquerda em municípios da região, marcadas pela valorização do papel do Estado no atendimento das necessidades da população mais carente e pela busca de integração entre a gestão e a mobilização popular. Entre os exemplos positivos, menciona a atuação do Partido dos Trabalhadores no Brasil, da Frente Ampla no Uruguai e da ex-Causa R na Venezuela. No campo dos movimentos sociais, destaca o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), que considera emblemático de uma nova cultura política de esquerda, que “não se propõe a conquistar o poder pelas armas e também não se propõe a lutar como partido político ao lado de outros partidos políticos tradicionais para ocupar lugares no governo; sua proposta é a construção ascendente de uma sociedade cooperativa e solidária”⁹³ (2000: 106).

Num quadro de crise como o apontado pela autora, a recuperação do conjunto de experiências alternativas é um aspecto central da construção de uma nova força social anti-sistêmica. “Para a esquerda, a política deve consistir, então, na arte de descobrir as potencialidades existentes na situação concreta de hoje *para tornar possível amanhã o que no presente parece impossível*” (2000: 337).

A incapacidade histórica da esquerda para elaborar um pensamento próprio, um dos aspectos levantados por Harnecker, é também um tema de destaque na reflexão de Anibal Quijano sobre a colonialidade, de base eurocentrista, que perpassa o debate teórico e político em torno do desenvolvimento latino-americano, influenciando uma visão parcial e distorcida da realidade. Para ele, tanto a “teoria da modernização” como a “teoria do imperialismo capitalista”, as duas vertentes mais influentes na região a partir da Segunda Guerra Mundial, caracterizam-se por um reducionismo pautado, respectivamente, pela “cultura”⁹⁴ e pelo “capital”, que desconsidera as especificidades locais em detrimento da absolutização de etapas de desenvolvimento consideradas típicas da trajetória do capitalismo europeu.

“Dado que na ‘teoria da modernização’ em nenhum caso se tentou explicar porque certos grupos tinham uma ‘cultura’ em lugar de outra, de alguma maneira essa categoria aparece mais como um modo de se referir às diferenças ‘naturais’ entre os ‘desenvolvidos’ e os ‘subdesenvolvidos’. E no materialismo histórico⁹⁵ se atribui ao capital ... características imanentes que atuam para além e por cima das ações das pessoas, e de cujos traços provêm o ‘imperialismo’ e a própria ‘dependência’ externa ou estrutural. Assim, uma mistificada categoria de ‘cultura’ foi confrontada com outra não menos mistificada de ‘capitalismo’” (2000[a]: 18).

Para Quijano, a teoria e a prática socialistas pautadas no materialismo histórico sustentam-se em fundamentos falsos, cuja influência no pensamento hegemônico da esquerda contribuiu para a derrota dos projetos revolucionários do século XX.

“Primeiro, a idéia de uma sociedade capitalista homogênea, no sentido de que só existe o capital como relação social e, como consequência, a classe operária industrial assalariada é a parte majoritária da população... Segundo, a idéia de que o socialismo consiste na estatização de todos e cada um dos âmbitos de poder e da existência social, começando pelo controle do trabalho, porque desde o Estado pode-se construir uma nova sociedade” (2000[b]: 241).

Como alternativa a essa postura, retoma o pensamento de José Carlos Mariátegui, propondo a “socialização do poder”, que identifica o socialismo com a luta contínua e sistemática pela “redistribuição entre as pessoas, na sua vida cotidiana, do controle sobre as condições da sua existência social” (op. cit.: 242).

A ampliação da noção de sujeito anti-sistêmico para além da classe operária, e a busca de referentes programáticos e organizativos capazes de

aglutinar os explorados e excluídos, são pontos sobre os quais não existe grande controvérsia no campo da esquerda. Para além desses desafios, o processo de elaboração de um pensamento crítico se debruça, na América Latina e no Caribe, com uma realidade plena de paradoxos: continuidade do processo de liberalização econômica, independentemente das crises financeiras inauguradas pela desvalorização do peso mexicano e da crescente polarização social; alternância no poder condicionada pela credibilidade frente ao “mercado” dos partidos de maior densidade eleitoral, convocados a explicitar seus compromissos com os fundamentos da livre-iniciativa; forte desinteresse de boa parte dos setores mais atingidos pelo crescimento da pobreza e da exclusão em relação à política institucional⁹⁶; emergência de amplas mobilizações de rua que colocam em questão a classe política, capazes de inviabilizar, conforme as experiências vivenciadas pelo Equador em 2000, e pela Argentina em 2001, a continuidade dos governos eleitos.

Refletindo sobre a qualidade dos regimes políticos latino-americanos, Carlos Vilas questiona-se sobre a possibilidade da democracia em sociedades não democráticas:

“A fragmentação social derivada de desigualdades profundas não é incompatível com a manutenção das instituições e os procedimentos da democracia representativa, mas degrada a qualidade do regime democrático. Atores sociais polarizados fazem demandas polarizadas e formulam propostas cujos conteúdos são de harmonização problemática” (2000: 120).

Nos debates da década de 1980, na fase inicial do processo de transição, embora a questão da qualidade levantada por Vilas fizesse parte da agenda, predominava um discurso que valorizava a estabilidade política como meta importante e até prévia a qualquer discussão em torno da ordem econômica e social. Naquele contexto, a contradição autoritarismo-democracia aparecia como dilema fundamental de experiências que abarcavam desde os países do Terceiro Mundo até o Leste Europeu, levando à conclusão de que a consolidação do novo sistema político era a tarefa inicial obrigatória (Przeworski, 1984)⁹⁷.

De acordo com esse discurso, a tendência em condicionar o êxito da transição ao cumprimento de metas nos planos econômico e social (crescimento, distribuição de renda, etc.) poderia trazer sérios riscos, já que a democracia deve ser pensada como questão particular, cujo destino não depende necessariamente das condições adversas ou favoráveis nas outras áreas. A atenção tem de estar voltada prioritariamente para o fortalecimento das formas institucionais de competição (Hirschman, 1986)⁹⁸.

Esse discurso incorporou-se como elemento constitutivo das práticas políticas dos atores principais nos processos de democratização, tornou-se força material, configurando-se como dado político importante nas próprias análises relativas à transição.

No campo do debate da época em torno da compatibilidade entre democracia e mudanças sistêmicas, dois aspectos assumem destaque na

valorização dos regimes democráticos: 1) como palco privilegiado em que interesses contrários disputam a hegemonia na representação política, dependendo desse fator –quem detém a hegemonia– a definição do caráter liberal ou socialista da democracia (Weffort, 1985)⁹⁹; 2) como melhor alternativa possível às ditaduras –sejam em nome do modo de vida ocidental ou do socialismo– já que, pelo menos, oferecem a incerteza parcial sobre o futuro, abrindo espaços para a ação política transformadora (Przeworski, 1984)¹⁰⁰.

Dessa perspectiva, o respeito pelas regras do jogo, tanto por parte dos conservadores como por parte dos progressistas, torna-se a principal garantia das possibilidades de mudança estrutural.

Os debates dos anos 1980 sobre as transformações na direção de uma sociedade alternativa estão crescentemente influenciados pela emergência dos movimentos sociais, fenômeno que, tanto nos países desenvolvidos como na América Latina e no Caribe, é associado ao questionamento do sistema partidário como forma privilegiada de mediação entre sociedade e Estado.

Como características peculiares desses movimentos, Klaus Offe enumera duas:

“1) seus projetos e demandas se baseiam não numa posição contratual coletiva em relação a bens ou mercados de trabalho, como foi o caso, por exemplo, dos partidos e movimentos de classe tradicionais. Ao invés disso, o denominador comum da sua organização e atuação é um certo sentido de identidade coletiva ...

2) eles não exigem uma representação através da qual seu status de mercado poderia ser melhorado ou protegido, mas sim autonomia” (1983: 38).

O fenômeno dos movimentos sociais, conforme já apontamos, continua estimulando controvérsias sobre o seu papel dentro de uma estratégia de transformação que supere o atual impasse da esquerda. Entre as indagações colocadas por esse debate, destacamos duas: 1) se o poder deixa de ser alvo central da luta política e não existem sujeitos definidos *a priori* da prática social, como se daria a articulação entre a esfera dos movimentos, que expressam formas localizadas, particulares, de permanência associada à conquista de reivindicações pontuais, e a esfera política institucional da democracia representativa?; 2) quais são as potencialidades transformadoras de práticas que não apontam necessariamente para a conquista do Estado, valorizando as transformações cotidianas decorrentes do combate às diversas manifestações do poder no âmbito mais amplo da sociedade?

Analisando o importante papel dos movimentos sociais no processo de democratização brasileiro, Evelina Dagnino destaca sua contribuição “para dar novo significado às relações entre cultura e política” (2000: 80), concebendo uma nova cidadania que busca diferenciar-se da concepção neoliberal de democracia. A autora aponta aspectos essenciais que explicitam a diferença:

- a noção de direito como “direito a ter direitos”, tanto no plano da busca da igualdade como do respeito da diferença. “O direito à autonomia sobre o próprio corpo, o direito à proteção do meio-ambiente, o direito à moradia, são exemplos (intencionalmente muito diferentes) dessa criação de direitos novos” (op. cit.: 86);
- a desvinculação em relação às estratégias de combate à exclusão originárias das classes dominantes e do Estado, definindo sua própria agenda;
- a transcendência do conceito liberal de “reivindicação ao acesso, inclusão, participação e pertencimento a um sistema político já dado. O que está em jogo, de fato, é o direito de participar na própria definição desse sistema... isto é, a invenção de uma nova sociedade” (op. cit.: 87);
- a ampliação da cidadania, numa perspectiva igualitária que vai além da obtenção de direitos formais caracterizados pelo sistema político-jurídico;
- diferentemente da visão liberal, “a cidadania não está mais confinada dentro dos limites das relações com o Estado, ou entre Estado e indivíduo, mas deve ser estabelecida no interior da própria sociedade” (op. cit.: 89).

Para Dagnino, a atuação dos movimentos sociais, além de contribuir para a renovação da esquerda, deixa marcas permanentes na cultura política latino-americana:

“Ao politizar o que não é concebido como político, ao apresentar como público e coletivo o que é concebido como privado e individual, eles desafiam a arena política a alargar seus limites e ampliar sua agenda. Para além da consideração dos sucessos ou fracassos que possam resultar deles, os efeitos culturais de tais esforços sobre essa disputa e sobre o imaginário social devem ser reconhecidos como políticos” (op. cit.: 95).

A perspectiva da “nova cidadania” adotada por Dagnino, da mesma forma que a “socialização do poder” proposta por Quijano, expressam um questionamento da concepção etapista da transformação social, originária da Terceira Internacional¹⁰¹, centrada na idéia de revolução como momento único de ruptura entre dois mundos radicalmente diferentes, simbolizado pela conquista do poder estatal. A perspectiva adotada pelos autores valoriza um processo contínuo e sem limites pré-fixados de aprofundamento da democracia, inclusivo e respeitoso da diversidade e do pluralismo. Neste último aspecto, pensando na democracia como pacto de incertezas, no qual nenhum tema está vedado e os conflitos se resolvem com base na correlação de forças, mas respeitando as regras de jogo definidas em comum acordo, como se abordariam os níveis de disputa que envolvem o questionamento da estrutura de classes?

Conforme assinala Vilas, é possível a convivência da democracia representativa com a desigualdade social, embora isso comprometa sua qualidade. Até agora, a transição política latino-americana conviveu sem grandes traumas com a transformação de parcela significativa dos

trabalhadores em excluídos; poderá também conviver com decisões majoritárias que, em nome do bem comum, afetem a situação de classe dos proprietários dos meios de produção^{102?}

Essas questões estão presentes nos debates em torno da caracterização do potencial emancipatório do movimento zapatista. Para exemplificar alguns dos principais eixos da discussão, abordaremos três textos escritos no contexto da marcha do EZLN que culminou com a entrada na Cidade do México, em 11 de março de 2001.

Na edição número 4 do Observatório Social de América Latina (OSAL), publicação do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, John Holloway e Atilio Boron polemizam sobre as concepções zapatistas nos temas do poder, do Estado e da ruptura revolucionária.

Para Holloway, “o núcleo do que é novo no Zapatismo é o projeto de mudar o mundo sem tomar o poder”, quebrando o “vínculo entre revolução e controle do estado”:

“A ilusão estatal é apenas parte de uma ilusão maior, que se pode chamar de ilusão de poder. Essa ilusão refere-se à idéia de que para mudar a sociedade temos que conquistar posições de poder, ou pelo menos temos que ser poderosos de alguma maneira. A mim me parece que o projeto zapatista é muito diferente. Não é um projeto de nos fazermos poderosos, senão de dissolver as relações de poder” (2001[a]: 174).

Boron põe reparos a essa afirmação, apontando o papel crescente do Estado como fiador das relações de dominação capitalista, o que limitaria a ação dos movimentos que optam por desconhecer o caráter relevante dessa instância. Pensando no caso específico da região de Chiapas, se pergunta:

“como se dissolvem essas cristalizadas relações de poder que ... condenaram os povos originários a mais de quinhentos anos de opressão e exploração? É razoável supor que os beneficiários de um sistema incorrigivelmente desumano e injusto –os latifundiários, os paramilitares, os caciques locais, etc.– aceitarão nobremente sua derrota no plano da sociedade civil e a dissolução das suas estruturas de poder sem opor uma encarnçada resistência?” (Boron, 2001[b]: 182).

A argumentação de Boron conduz a controvérsia para outros dois temas, as noções de democracia e de sociedade civil do EZLN. Para ele, a dimensão inclusiva de palavras de ordem como a “humanidade contra o neoliberalismo”, a “democracia de todos”, e a “sociedade civil nacional”, dificulta a distinção entre o campo dos opressores e dos oprimidos.

“A proposta zapatista de construir um movimento que subverta a ordem desde baixo é inquestionável e tem uma longa e venerável tradição no pensamento socialista desde Marx e Engels em diante. Mas sua obstinação em não discutir a problemática do poder e do estado, ou seus ambíguos diagnósticos sobre a sociedade civil e a democracia, são muito preocupantes” (op. cit.: 185).

Em resposta às objeções de Boron, Holloway relativiza a centralidade do Estado, questionando a obrigatoriedade de lutar contra a opressão no terreno definido pelos opressores, que é o do poder estatal e o tecido institucional construído no seu entorno. “O capital nos convida o tempo todo a nos colocarmos no seu terreno de luta: se aceitarmos, já perdemos antes de começar” (2001[b]: 188).

Referindo-se às contribuições do movimento zapatista para a luta contra a ordem hegemônica, Boaventura de Sousa Santos toca em pontos importantes vinculados ao tema em questão. Para ele, o EZLN traz para a política três novidades:

1) Uma concepção do poder e da opressão centrada na idéia de exclusão, embora não desconheça a exploração dos trabalhadores. “No centro da luta zapatista, por isso, não está o explorado, mas o excluído; não está a classe, mas a humanidade” (2001: A 3).

2) A igualdade na diferença.

“As diferenças veiculam visões alternativas de emancipação social, cabendo aos grupos que são titulares delas decidir até que ponto pretendem se hibridizar. ... As 11 reivindicações zapatistas, individualmente, nada têm de transcendente: trabalho, terra, habitação, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz. É o conjunto que faz delas uma proposta alternativa ao neoliberalismo” (2001: A 3).

3) A noção de democracia e conquista do poder.

“O acento tônico não está na destruição do que existe, mas na criação de alternativas. São tão variadas as lutas e as propostas de resistência que nenhuma vanguarda as pode unificar... O que está em causa é uma globalização contra-hegemônica em que caibam vários mundos e várias concepções de emancipação social” (2001: A 3).

Idéias e força material

O debate em torno dos zapatistas ilustra bem algumas das principais fontes de controvérsia em torno da construção de caminhos alternativos ao sistema. Para alguns autores, as posturas que, em nome da esquerda, desconsideram como ultrapassada a luta de classes e a revolução social, concentrando seus esforços intelectuais –e às vezes políticos– no enaltecimento das virtudes da democracia liberal, expressa uma identificação, nem sempre explicitada, com os fundamentos básicos do sistema.

Referindo-se ao Brasil dos anos 1980, sob a presidência de José Sarney –importante dirigente político do regime militar– Francisco de Oliveira chama a atenção para a crescente onda de adesões por parte da comunidade científica –marcadamente os cientistas sociais– ao novo oficialismo pós-ditadura. A sua explicação enfatiza o argumento da situação de classe.

“No capitalismo contemporâneo, em que as ciências comparecem como elementos constitutivos das forças produtivas, não há expansão econômica sem desenvolvimento científico. E, no caso brasileiro, houve uma enorme expansão no período autoritário.... A expansão capitalista aguardou os intelectuais na curva.... Cresceram em número, tiveram seus salários e rendas aumentados mais que a média dos trabalhadores ... subiram de status.... tornaram-se, pois, solidários com o êxito do sistema capitalista no Brasil. Neste, desempenham um papel central, além de outras razões, constituem o núcleo mais importante das classes médias, cuja centralidade no capitalismo de hoje deslocou a antiga centralidade operária. Converteram-se em atores privilegiados da mídia política, e elevam suas demandas específicas ao nível de demandas gerais da sociedade. Por esse complexo de razões, se dessolidarizam com o destino das classes sociais dominadas” (1985: 23).

Analisando o novo contexto político e intelectual de inserção da revista *New Left Review*, marcado fundamentalmente pela consolidação da hegemonia neoliberal na década de 1990, Perry Anderson destaca as condições desfavoráveis que funcionam como obstáculo à renovação do pensamento de esquerda, que para ele, enfrenta uma derrota histórica:

“O capital repeliu ponto por ponto todas as ameaças contra o seu domínio, as bases de cujo poder, as pressões da concorrência, por cima de tudo, foram persistentemente subvalorizadas pelo movimento socialista. As doutrinas da direita que teorizaram o capitalismo como uma ordem sistêmica conservam todo o seu implacável vigor; em comparação, as atuais tentativas de engalanar suas realidades por parte de um pretense centro radical não passam de frouxa operação de relações públicas” (2000: 14).

Piorando o cenário, a direita demonstra forte capacidade de renovação e popularização do seu discurso, contando com importantes intelectuais dotados de estilos de argumentação que atingem amplas platéias do mundo não acadêmico. Citando como exemplo alguns dos autores que abordamos no primeiro capítulo, como Fukuyama, Brzezinski, Huntington e Luttwak, Anderson considera que “esse gênero confiado, em que até o presente momento os Estados Unidos ostentam praticamente o monopólio, não tem equivalentes na esquerda” (op. cit.: 16).

Como resposta a esse cenário, o autor realça a importância da adoção, por parte da *New Left Review*, de uma postura de “realismo intransigente”: “negando-se a qualquer composição com o sistema imperante e rejeitando toda piedade e eufemismo que possam subvalorizar seu poder” (op. cit.: 12).

Analisando o mesmo contexto, mas de forma menos pessimista, James Petras direciona o foco da sua crítica à crescente desvinculação entre o mundo intelectual e a prática revolucionária. Tomando como exemplo a América Latina e o Caribe, destaca o surgimento de uma nova esquerda, que se diferencia cada vez mais das outras formas de oposição ao neoliberalismo.

“Pode-se distinguir três tendências: a dos ‘projetos locais alternativos’, propostos por intelectuais que trabalham com as ONGs; a da reforma pragmática, que propõe o retorno à intervenção estatal como forma de breçar os excessos do livre mercado; e por último a radical, ou revolucionária, que se opõe ao livre mercado, às privatizações e aos planos de austeridade, advogando por formas coletivas de propriedade, por uma maior equidade social e pelo desenvolvimento do mercado interno” (2000: 25).

Para Petras, a nova esquerda tem como principal cenário de atuação as zonas rurais, onde se destacam movimentos em favor da reforma agrária em Brasil, Bolívia, Paraguai, México, Equador, Colômbia e El Salvador. O mais importante, na sua avaliação, é o Movimento dos Sem Terra (MST) brasileiro, que conseguiu assentar mais de 225.000 famílias (aproximadamente um milhão de pessoas), transformando antigas terras ociosas em empreendimentos agrícolas cooperativos com capacidade de comercialização dos seus produtos no mercado¹⁰³. Nesse sentido, o MST

“está desenvolvendo uma estratégia contra-hegemônica eficaz e construindo um poderoso bloco político que integra o campo e a cidade. O que ainda é matéria de debate é a possibilidade de que esse bloco tenha continuidade se o MST avança além da sua agenda atual orientada para a reforma agrária e se lança a lutar pela transformação socialista” (2000: 39).

No que se refere ao vínculo entre a liderança do movimento e sua base social, Petras mostra que a grande maioria (79%), provém das famílias de pequenos proprietários, das cooperativas ou trabalhadores sem terra. (2001: 45).

Para ele, alguns dos movimentos camponeses latino-americanos contam com apoio de organizações armadas, como é o caso das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). Tendo em vista o processo de crise que vive a Colômbia, onde o poder da elite está sendo desafiado pela crescente capacidade de mobilização da guerrilha, o país “poderia protagonizar a primeira revolução camponesa vitoriosa desde a Guerra de Vietnã” (2000: 54).

No caso do México, destaca a proliferação de vários movimentos camponeses, concentrando a análise no mais visível, o zapatista, cujo perfil difere dos outros na “conjugação da análise marxista com as práticas indígenas e a ligação do pensamento estratégico de âmbito nacional e internacional com o apoio de bases locais comunitárias” (2000: 59).

Petras destaca as mudanças de rumo por que passou o movimento desde o seu início, quando a luta armada foi concebida como uma primeira fase, “um meio de obter reconhecimento social, obter um espaço de diálogo com o governo e avançar para a fase atual: a solução política” (2000: 68). Junto com a transição da ação armada para a negociação, há uma redução nos objetivos do movimento –em boa parte influenciada pelo cerco militar implementado pelo governo mexicano e pela necessidade de ampliar o apoio da opinião pública nacional e internacional– na qual a ênfase passa da transformação da estrutura sócio-econômica para a “democratização”, “desmilitarização” e “transição política”. O

resultado, em termos do crescimento do respaldo internacional para a causa do movimento, foi positivo, embora isso implique em custos importantes, especialmente no que se refere à caracterização da alternativa proposta:

"A indefinição ou incerteza, por parte dos dirigentes zapatistas, na hora de delinear o marco global do seu programa tem permitido que cada grupo possa ler o próprio nas práticas do EZLN: dessa forma pode-se explicar que alguns intelectuais franceses considerem que os zapatistas reencarnam o republicanismo cívico do século XIX, ao mesmo tempo em que os anarquistas espanhóis os comparam com os exércitos camponeses organizados por Durruti durante a Guerra Civil espanhola de 1936-39. Por outro lado, os progressistas mexicanos contemplam os zapatistas como a alavanca que pode forçar a abertura do sistema político" (2000: 66).

Para Petras, a percepção dos zapatistas por parte dos progressistas mexicanos é reveladora da postura de uma corrente intelectual que floresce nos espaços deixados pela derrota da esquerda radical e reformista (populistas, nacionalistas e religiosos vinculados à teoria da libertação): o pós-marxismo.

Entre os aspectos mencionados pelo autor na sua crítica das proposições teóricas e das formas de atuação dessa corrente, destacaremos dois que consideramos diretamente vinculados à análise desenvolvida neste capítulo: o questionamento da perspectiva classista na abordagem das transformações sociais e a prioridade atribuída às ONGs na viabilização de soluções para os problemas do subdesenvolvimento.

Em relação ao primeiro aspecto, o autor aponta as principais linhas de ataque dos pós-marxistas:

"Acusam a análise de classe de 'reducionismo econômico' e de não ser capaz de explicar o peso das diferenças no interior das classes ... defendendo que essas 'diferenças' definem a natureza da política contemporânea. A segunda linha de ataque contra as análises de classe consiste em tomar as classes como meros construtos intelectuais, essencialmente como fenômenos subjetivos culturalmente determinados ... A terceira linha de ataque argumenta que as tremendas transformações na economia e na sociedade apagaram as velhas distinções de classe" (2000: 86-87)¹⁰⁴.

A partir dessa concepção da realidade econômica, social, cultural e política do capitalismo contemporâneo, o eixo da ação transformadora valorizado pelos pós-marxistas seria o combate às diversas formas de exclusão, priorizando o trabalho através de organizações não governamentais, às quais vinculam-se profissionalmente como dirigentes, pesquisadores ou assessores. Numa perspectiva similar a de Hardt e Negri, Petras considera a maioria das ONGs como instrumentos da ordem, cujo objetivo é esvaziar os componentes anti-sistêmicos dos movimentos sócio-políticos.

Embora situadas no campo político da esquerda, as análises desses três autores não diferem, no essencial, do estudo da Rand Corporation sobre as guerras em rede e o movimento zapatista apresentado no primeiro capítulo,

que reflete a perspectiva do *establishment* da política externa dos Estados Unidos (Ronfeldt et al., 1998). Para Petras:

“As ONGs concentram sua atividade em projetos, não em movimentos; ‘mobilizam’ as pessoas para fazê-las produzir nas margens, não para que lutem pelo controle dos meios de produção e da riqueza; preocupam-se pela assistência técnica e financeira que faça viáveis seus projetos, mas não com os condicionamentos estruturais que definem a vida cotidiana do povo. As ONG se servem da linguagem da esquerda ao se apropriar de expressões como ‘poder popular’, ‘capacitação’, ‘igualdade de gênero’, ‘desenvolvimento sustentável’, ‘liderança de base’, etc. O problema é que essa linguagem está vinculada a um marco de colaboração com doadores e agências governamentais que subordina a atividade prática a uma política de não confrontação” (2000: 106).

A metodologia de trabalho embutida nas exigências formais de apresentação, desenvolvimento e prestação de contas dos projetos, traz consigo elementos culturais de aprofundamento do colonialismo e da dependência, tendo em vista que “os projetos são desenhados, ou ao menos aprovados, de acordo com os ‘critérios’ de prioridade dos centros imperiais e das suas instituições” (2000: 108).

De acordo com Petras, os efeitos nocivos da liberalização econômica estão criando as bases objetivas para uma nova política revolucionária. Para enfrentar a vantagem estratégica do neoliberalismo, capaz de articular interesses de classe, concepção de mundo, programa e ação política, o principal terreno da luta passa pelo fator subjetivo, com destaque para as áreas da ideologia, da cultura, da conscientização e da ética. Nesse sentido, atribui aos novos movimentos um potencial de questionamento das linhas mestras do capitalismo liberal:

“O novo radicalismo contempla o Estado como uma agência para a redistribuição dos recursos entre os setores populares da sociedade civil. Os movimentos sociais que trabalham pela mudança radical rejeitam as distinções plenas entre o Estado e a sociedade civil...Rejeitam a ideologia da ‘política de identidade’ sem classe e respaldam a integração da luta pela igualdade entre os gêneros, as raças e as etnias numa perspectiva de luta de classes... Dentro desse contexto, a economia nacional se considera como o ponto de partida para qualquer confrontação política com as forças dos capitalistas neoliberais e seus aliados internacionais... Entre as novas medidas alternativas encontram-se o controle dos capitais, a socialização dos meios de produção e a autogestão por parte dos trabalhadores” (2000: 258).

Em relação à caracterização do papel dos intelectuais, Petras propõe a integração dos conceitos de solidariedade e de intelectual orgânico:

“O conceito marxista de solidariedade gira ao redor da *ação comum* dos próprios *membros* da classe, que são os que *compartilham uma situação econômica comum* e lutam pela melhora coletiva da mesma. Isso pode

incluir aos intelectuais que escrevem e falam para os movimentos sociais em luta e que se comprometem a compartilhar as conseqüências políticas da sua ação. O conceito de solidariedade liga-se ao de intelectual 'orgânico', ou seja, aquele que basicamente atua como parte do movimento e o provê de um importante recurso: as análises e a educação política para a luta de classes" (2000: 99).

Os fatores econômico-sociais que definem o lugar do intelectual na sociedade contemporânea, conforme a análise de Oliveira, junto com a crise da esquerda, redefinição de valores, comportamentos e alinhamentos políticos, enfatizados por Anderson e Petras, fornecem elementos para a compreensão do predomínio dos discursos que valorizam a estabilidade do sistema político em detrimento da transformação social.

Quais são, entre as sociedades "realmente existentes", as que permitem ao intelectual melhores perspectivas de inserção em termos de autonomia de pesquisa, condições materiais de vida e influência política? Os regimes de partido único ou as democracias representativas? Lembremos do papel de destaque desempenhado durante a Guerra Fria pelas uniões de escritores da Hungria e da Tchecoslováquia, ou do Comitê de Autodefesa Operária (KOR) na Polônia, nas revoltas contra o monopólio político e cultural dos Partidos Comunistas. Se o socialismo real está longe de ser a utopia da maioria dos intelectuais, o realismo político alimenta o conformismo com uma situação privilegiada que certamente não estimula ímpetus revolucionários. Por esse caminho, a redenção dos humildes deixaria de ser ponto de aglutinação de uma frente política comum de emancipação, tornando-se uma opção ética de ajuda aos excluídos.

Apesar das bases reais que alimentam essa perspectiva, não há como reduzir os intelectuais a um grupo social monolítico ao qual o capitalismo oferece plenas oportunidades de ascensão, nem limitar sua atividade à produção de conhecimentos a serviço das classes produtoras (burguesia ou proletariado)¹⁰⁵. Nas análises apresentadas reconhece-se também uma fase opositora, anti-sistêmica, mas que não se define pela negação da própria identidade e a fusão indiferenciada no campo popular, senão a partir da valorização da sua especificidade: a reflexão, a sistematização de experiências, a crítica, capazes, como dizia Marx, de "tornar a opressão real mais opressiva, acrescentando-lhe a consciência da opressão" (1977: 4).

Considerações finais: as fronteiras difusas da hegemonia

"O inimigo não deve saber onde tenho intenção de livrar batalha. Porque se não sabe onde tenho intenção de livrar batalha, deverá se preparar numa grande quantidade de lugares. E, quando se prepara em uma grande quantidade de lugares, serão poucos aqueles com quem terei que lutar em cada lugar."

Sun Tzu (1998)

A partir das últimas décadas do século XX, a mundialização do capital alcança dimensões inéditas, tendo na liberalização dos mercados nos países

“em transição” um dos principais fatores de impulso. Acompanhando o processo de formação de uma base econômica de alcance global, constrói-se uma superestrutura política, jurídica e cultural. A promoção da democracia liberal, do império da lei e do espírito capitalista torna-se ingrediente necessário do programa de universalização do modo de vida ocidental.

No ordenamento do mundo à imagem e semelhança do capitalismo avançado, aplicam-se severamente as três regras do sistema calvinista enunciadas por Luttwak. Os países do “Núcleo Democrático”, exemplos do reino da liberdade e da prosperidade, além de manterem mais viva do que nunca a vocação da busca sistemática do lucro, preocupam-se com a superação das condições mais extremas da pobreza nas regiões subdesenvolvidas, promovendo programas de cooperação orientados pelo princípio da auto-ajuda. Os países “em transição” são convocados a assumirem suas culpas históricas como perdedores, reorientando seu comportamento para a emulação do caminho de sucesso das nações mais ricas. Ambos se unem na condenação e punição dos “Estados fora-da-lei”, considerados os principais instigadores da instabilidade no sistema internacional.

A idéia de que o mundo vive uma fase pós-utópica é uma das fontes importantes que sustentam o consenso entre ganhadores e perdedores “calvinistas”. Dessa perspectiva, o encaminhamento de soluções para os problemas que afetam a governabilidade global, especialmente os que se originam das carências enfrentadas pela população mais pobre, não passa pelo questionamento dos fundamentos estruturais do capitalismo, mas pela atuação coordenada e sistemática dos países ricos, dos governos nacionais e locais, das instituições internacionais e das organizações da sociedade civil, dirigida a ampliar o raio de ação da democracia, da inclusão econômica e do império da lei, tanto no plano dos valores que orientam a conduta cotidiana, como dos mecanismos formais que institucionalizam sua vigência.

No decorrer deste capítulo, apresentamos diversas análises que se pretendem críticas da nova ordem. O objetivo foi confrontar as premissas centrais da abordagem acima descrita. O título desta última seção sintetiza as conclusões que resultam do contraste realizado, mostrando as fronteiras difusas que separam a perspectiva hegemônica em relação a boa parte dos seus opositores.

Um elemento focal do questionamento do neoliberalismo como teoria e como prática, presente na maioria das análises, é a proclamação do seu caráter único. Como resposta, valoriza-se a pluralidade de abordagens e de mundos possíveis. Ao viés uniformizante, opõe-se a coexistência dos contrários.

Para evitar que a política se deteriore em guerra, a diversidade deixa de ser percebida como oposição estrutural. Modos de vida diferentes podem conviver, tanto no sistema internacional, como no interior dos espaços nacionais, desde que todos os participantes se reconheçam como interlocutores e pautem seu comportamento pelo respeito a regras estabelecidas de comum acordo.

Essa perspectiva está presente nas análises dos organismos internacionais e dos autores apresentados na primeira seção. Frente à força avassaladora do

Occidente, busca-se o reconhecimento da pluralidade de modos de vida, de orientações e prioridades nas políticas públicas –especialmente na área social e econômica– cujo princípio norteador é a ampliação dos espaços de cidadania.

Nessa abordagem, coloca-se em primeiro plano a necessidade de uma ação coordenada entre o Estado, o setor privado e a sociedade civil como agentes articuladores da diversidade. No caso da América Latina e o Caribe, são ressaltadas algumas experiências locais bem-sucedidas no combate à extrema pobreza, mas que ainda não podem ser consideradas como referentes de uma perspectiva de significado regional.

Essa última limitação também aparece nas análises sobre cultura e integração da segunda seção. Tomando como referência os três eixos que orientaram a seleção de autores: 1) delimitação de um espaço cultural próprio; 2) sistematização de produtos expressivos de especificidades regionais; 3) combinação original de aspectos históricos, étnicos, religiosos e lingüísticos que identificam uma comunidade de interesses; a perspectiva da identidade latino-americana como elemento inspirador de projetos de integração e de inserção na ordem global continua em aberto.

Nos resultados da pesquisa do INTAL junto a elites latino-americanas, a percepção de uma identidade comum, que explicita a demarcação de fronteiras culturais em relação a um “outro” (Estados Unidos), não se traduz em iniciativas integracionistas que tenham como marco de referência o conjunto da região. Para a maioria dos entrevistados, o mérito do projeto da ALCA não está em questão, as diferenças de perspectiva referem-se basicamente à velocidade do processo.

Como bem sintetiza a citação de Carlos Fuentes que abre este capítulo, a América Latina e o Caribe enfrentam os desafios próprios de uma região “cuja criatividade ainda não encontra equivalência econômica, cuja continuidade ainda não encontra correspondência política”.

Diferentemente do governo dos Estados Unidos, que define com clareza seus interesses e objetivos no hemisfério, os governos latino-americanos carecem de uma abordagem regional dos desafios da nova ordem. Na ausência de uma perspectiva originária dos atores estatais, qual a alternativa?

Em contraste com os fortes consensos gerados no passado, a identificação dos setores com interesses estratégicos, capazes de mobilizar recursos para formular e liderar empreendimentos de alcance regional, está longe de ser óbvia. A idéia da América Latina e do Caribe como comunidade de destino em que confluem interesses governamentais, empresariais e do mundo do trabalho está mais próxima do mito do que da utopia.

Os esforços analíticos para identificar atores e projetos anti-hegemônicos obtêm resultados mais concretos nos estudos sobre a caracterização dos mecanismos globais de dominação e das respostas originárias de diversos movimentos sociais.

Na seção dedicada ao debate sobre o imperialismo, destacamos algumas análises que antevêm dificuldades para a manutenção da hegemonia norte-

americana, com base em três argumentos principais: 1) a exacerbação do poder duro, apesar de eventuais ganhos conjunturais, tende a comprometer a posição de supremacia no médio e longo prazo; 2) a administração do status de única superpotência global torna-se cada vez mais dependente de respaldo financeiro externo, num contexto de crise da economia e fortalecimento crescente do setor privado transnacional; 3) o aprofundamento das desigualdades promovido pelo modelo econômico vigente, incapaz de responder às demandas da maioria dos excluídos do sistema, está cristalizando um impasse social.

No entanto, a despeito das limitações estruturais apontadas, o que se verifica no momento é uma ofensiva conservadora que identifica no terrorismo o argumento permanente para a ampliação da vigilância e do controle em relação aos movimentos críticos do sistema. Conforme analisamos no capítulo 2, após o 11 de setembro, o governo dos Estados Unidos passa a colocar em primeiro plano o tema da segurança, obtendo significativo apoio político interno. A conjuntura econômica desfavorável alimenta a mudança de perspectiva, mascarando a ausência de alternativas para os que mais sofrem os efeitos da crise com um chamamento nacional e global para a defesa da civilização contra a barbárie.

Essa radicalização não deve ser associada ao abandono do consenso hegemônico decorrente da aceleração de uma crise de caráter estrutural que impõe a dominação aberta como única alternativa. Na sua cruzada contra o terrorismo, o governo Bush entra em campo na disputa pelo apoio político dos “ganhadores” da nova ordem, deixando claro que se o momento é de guerra, a defesa das conquistas históricas contra o crescente ativismo dos “perdedores” se antepõe a perdas conjunturais e localizadas de liberdade e bem-estar material.

Entre os atores estatais, não se verificam posicionamentos que ameacem bloquear o unilateralismo norte-americano, as principais reações provêm do movimento social. Para as abordagens da “sociedade informacional” e do “Império”, que decretam a obsolescência das identidades de projeto que reivindicam filiações territoriais de alcance nacional e regional, essa situação seria um indicador da perda de relevância das perspectivas orientadas pela lógica do Estado-nação.

No mundo visualizado por essas abordagens, é cada vez mais difícil pensar globalmente fora dos fluxos das redes de poder (ou dos contornos do Império). Nas margens, aglomera-se uma multidão heterogênea que, em tese, pode-se constituir em sujeito anti-sistêmico, mas não como classe para si, portadora de projeto histórico de alcance universal, mas através de respostas localizadas passíveis de serem globalmente articuladas a partir de pontos programáticos comuns.

Para Hardt e Negri –assim como para a maioria dos autores analisados na seção dedicada às novas práticas emancipatórias– a emergência dos movimentos sociais coloca em questão não apenas o reducionismo classista do marxismo ortodoxo, mas a concepção liberal de democracia. A atuação dos

movimentos estaria pautada pela ampliação dos espaços de cidadania, sem limites definidos *a priori* em termos de formulação de reivindicações. A luta por um mundo onde caibam todos os mundos, pelo direito a ter direitos, pela valorização da diversidade criadora, pela diluição das relações de poder, aponta para a constituição de um sistema político capaz de reconhecer o pluralismo, garantir as liberdades fundamentais de organização e expressão, e de estabelecer mecanismos formais de regulação da competição entre as partes.

A percepção do movimento zapatista nos parece ilustrativa dessa concepção. Nas diversas análises apresentadas, o que se coloca em evidência em relação à luta do EZLN é seu caráter inclusivo, respeitoso da pluralidade, em favor do direito à existência do modo de vida dos povos indígenas da região de Chiapas¹⁰⁶, junto aos outros modos de vida, questionando uma vertente radicalmente excludente do capitalismo, o neoliberalismo, considerado principal obstáculo à vigência plena do princípio da igualdade na diferença¹⁰⁷. A amplitude difusa dos apelos à sociedade civil e à humanidade expressaria uma estratégia de isolamento de um inimigo também difuso, tornando possível a conquista de apoios entre o amplo espectro daqueles que, por diferentes motivos, condenam o neoliberalismo.

Tendo em vista que na América Latina e no Caribe as formas institucionais da democracia indireta (partidos, sindicatos, parlamentos) mantêm seu predomínio na organização e expressão dos interesses da sociedade, as posturas que colocam num segundo plano a política institucional, na perspectiva de fortalecer pólos alternativos de organização popular, se defrontam com um inimigo que conta com a capacidade de organizar consensos em torno da sua agenda prioritária, desqualificando como utópico o que não se subordina à sua lógica.

A dificuldade para articular a diversidade de movimentos com projetos político-partidários ligados ao setor popular confere um grande espaço de manobra para o oficialismo, que consegue gerir o processo de liberalização econômica sem os riscos de um questionamento efetivo da ordem, favorecendo a legitimação do discurso liberal ancorado na defesa do mercado, da democracia e do império da lei.

Nas abordagens centradas na luta de classes, há uma preocupação com a caracterização do sujeito anti-sistêmico, sua organização política e seu projeto histórico. De acordo com James Petras, os diversos movimentos de oposição radical ao neoliberalismo na América Latina e no Caribe fariam parte de um processo de emancipação com potencialidades de enveredar pelo caminho do socialismo. No entanto, seu registro dos exemplos que melhor demarcam essa tendência coloca na vanguarda os movimentos camponeses, cujo alvo principal de questionamento não é o capitalismo, mas a distribuição da propriedade da terra¹⁰⁸.

Em contraste com a perspectiva classista, as posturas orientadas pela noção de pluralidade de sujeitos não colocam no centro das suas preocupações a delimitação pormenorizada de atores, organizações e projetos de sociedade alternativa, mas a garantia de condições institucionais que favoreçam o fluxo reivindicatório e o livre acesso à informação e ao conhecimento por parte dos

movimentos sociais. Nesse aspecto, as diferenças com as abordagens conservadoras dos capítulos anteriores em relação aos marcos institucionais de funcionamento da democracia não são de caráter antagônico. Os principais pontos de atrito localizam-se na valoração qualitativa de prioridades sociais, de direitos fundamentais, de conquistas essenciais, de fronteiras e limites ao exercício da cidadania. Dessa forma, a disputa pela hegemonia entre diversas organizações da sociedade civil, críticas ou favoráveis à ordem vigente, se dá no interior do mesmo sistema político, que não é imutável. A qualidade da democracia reflete a correlação de forças entre os vários mundos que reivindicam seus espaços. No que se refere às relações de poder associadas à propriedade dos meios de produção, a orientação central atribuída aos movimentos é o combate à exclusão, abrindo espaço para a existência de outras formas de organização da produção. O objetivo é liberar energias sociais criativas para a viabilização de empreendimentos comunitários como Villa El Salvador, o Orçamento Participativo e as cooperativas do MST em terras desapropriadas pela reforma agrária¹⁰⁹.

Independentemente da diversidade de enfoques, há uma coincidência no conjunto das análises em apontar o caráter incipiente dos esforços organizativos que buscam dar maior articulação aos movimentos críticos da “globalização neoliberal”. Entre as principais carências desse processo, situamos a caracterização do sujeito global anti-sistêmico.

Conforme deixam claro algumas das abordagens culturalistas analisadas no capítulo 1, o desconhecimento em relação ao que se é dificulta a definição de objetivos estratégicos. Ao mesmo tempo, sem uma clara definição do Outro, perde-se uma referência fundamental da busca da identidade.

Tomando como exemplo os documentos e relatórios de organismos oficiais e centros de pensamento estratégico dos Estados Unidos, percebe-se como, a partir do reconhecimento da crescente importância da sociedade em rede, procede-se à reavaliação de posturas teóricas e práticas tradicionais para dar resposta aos imperativos de um dos objetivos permanentes atribuídos ao Estado: a defesa do interesse nacional.

Frente à emergência de desafios globais de diversa natureza, oriundos da sociedade civil, do crime organizado, do terrorismo, das crises financeiras, dos conflitos sociais, étnicos ou militares, o Estado se estrutura para estar presente em todos os lugares em que se percebam ameaças à segurança do sistema. Assumindo a impossibilidade prática de levar a cabo individualmente essa tarefa, lidera a formação de redes que incorporam, em cada situação específica, os diversos setores que compartilham objetivos similares, podendo incluir organizações não-governamentais, governos nacionais e municipais, sindicatos, empresas, instituições religiosas e partidos políticos. Não há exclusões definidas *a priori* das situações em questão, no entanto, há sempre um comando, que não necessariamente precisa ser explicitado, a não ser que se insinuem mudanças de rumo em direções indesejáveis.

Na promoção ou na defesa dos interesses nacionais definidos pelo Departamento de Estado, o critério da construção de alianças não responde a compromissos fixos com determinados atores e posições, mas aos

requerimentos de uma agenda variada e dinâmica, explicitamente vinculada a objetivos estratégicos: expansão do livre comércio; combate ao terrorismo, ao narcotráfico, à corrupção, ao trabalho infantil, à discriminação da mulher; promoção do desenvolvimento sustentável nas comunidades carentes, com proteção do meio-ambiente, ampliação do acesso à propriedade urbana e rural, à educação básica, à qualificação profissional; fortalecimento da sociedade civil e da liberdade de imprensa nos processos de democratização.

Nesse cenário, onde se situam, nas lutas cotidianas, as diferenças de agenda entre os movimentos críticos da mundialização e a política externa dos Estados Unidos? Dependendo dos objetivos de cada rede, pode haver confluência ou conflito de interesses. Nas redes de liberalização dos mercados estruturadas em torno de governos, organizações multilaterais e empresas transnacionais, a divergência de agenda é notoriamente visível nas reivindicações dos movimentos sociais e nos confrontos de rua paralelos às reuniões das elites orgânicas do capital. Nas redes de promoção do desenvolvimento local, que não apresentam vetos explícitos à participação de organizações da sociedade civil, setor privado e organismos governamentais (USAID incluída), as demarcações de interesses são difusas. O mesmo acontece com as redes de combate ao terrorismo, à corrupção, à lavagem de dinheiro, ao narcotráfico, à exploração do trabalho infantil, abertas a todos os governos, instituições e setores que se posicionem contra essas práticas, independentemente da filiação ideológica, partidária, religiosa e de origem social. A diluição de fronteiras é ainda maior nas redes de combate às diversas formas de discriminação social e de exclusão política com base em julgamentos ideológicos ou pré-conceitos de origem étnica, racial ou sexual.

A “última superpotência” pode estar presente em todas essas redes, como parte interessada e militante, como fator de boicote e esvaziamento ou como observadora à distância, o que depende basicamente da percepção do rumo.

Epílogo: Sendeiros que se bifurcam, convergências para um mundo diferente

“Enquanto o mundo estiver politicamente organizado em forma de nações, o interesse nacional constitui a última palavra na política mundial. Quando o Estado nacional tiver sido substituído por outra forma de organização, a política externa deverá então proteger o interesse de supervivência dessa nova organização”

Hans Morgenthau (2001)

“Na mesma medida em que seja abolida a exploração de um indivíduo por outro; será abolida a exploração de uma nação por outra. Simultaneamente ao antagonismo das classes no interior das nações, desaparecerá a hostilidade das nações entre si”

Marx e Engels (1999)

Num mundo que enfrenta limitações ambientais à expansão irrestrita do bem-estar material nos padrões característicos do *American way of life*, o

controle de recursos de poder econômico, militar e científico-tecnológico mantém claramente sua vigência na proteção dos Estados-nação do capitalismo avançado contra as demandas redistributivas do “resto”. No interior dos espaços nacionais, os Estados permanecem como fiadores das relações sociais dominantes e, nas relações internacionais, são os interlocutores privilegiados na administração da ordem hegemônica. No centro do Império, o Estado norte-americano afirma identidades, define interesses, demarca fronteiras e tece sua rede de poder, seu imperialismo.

A hegemonia tem um centro e uma utopia mobilizadora: o fim das utopias. A contra-hegemonia busca seu eixo, seu centro e seu projeto.

Sem desconhecer essas dificuldades, podemos visualizar, nas análises apresentadas sobre os movimentos anti-sistêmicos, esforços de formalização programática que combinam reivindicações de caráter imediato com objetivos de alcance estratégico. Destacaremos os aspectos que consideramos mais relevantes da mudança qualitativa em andamento:

- 1) A criação, a partir do primeiro encontro de Porto Alegre, de um fórum permanente de convergência dos diversos atores e experiências, é um indicador da passagem do estágio das lutas isoladas para a formalização de uma instância de articulação contra-hegemônica.
- 2) A pressão sobre os países do capitalismo avançado, para que se posicionem em favor da aplicação da Taxa Tobin, permite criar uma rede de isolamento em torno do setor financeiro, cujo principal significado estratégico é ampliar as bases de legitimação das lutas pela redistribuição dos lucros do capital especulativo.
- 3) O questionamento da dívida dos países menos desenvolvidos e o estabelecimento de marcos regulatórios que favoreçam suas exportações, permitem criar uma rede de isolamento em torno do capitalismo avançado, cujo principal significado estratégico é ampliar as bases de legitimação do combate às relações desiguais entre países.
- 4) A reivindicação de uma renda mínima para todos os trabalhadores, empregados e desempregados, homens e mulheres (salário social) e da livre mobilidade com direitos plenos nos lugares em que moram para os trabalhadores migrantes (cidadania global), permitem criar uma rede de isolamento em torno do sistema capitalista, cujo principal significado estratégico é ampliar as bases de legitimação do questionamento das desigualdades sociais.
- 5) O horizonte econômico dessas lutas é a melhoria das condições de vida dos setores mais pobres da população mundial. O horizonte político é a mudança na correlação de forças numa direção favorável aos excluídos das redes de poder, tornando possível pensar a globalidade a partir de outras posições, de outras redes e de outros centros.
- 6) Nesse processo, abrem-se espaços de luta e de reflexão em torno das necessidades e anseios das maiorias, que podem resultar, dependendo da

capacidade de formulação teórica e de articulação institucional, na construção de projetos que sejam capazes de definir, integrar e harmonizar interesses e identidades.

Nos pontos acima levantados, não há uma discriminação *a priori* de instâncias. Dependendo do alvo das lutas, há pressão sobre Estados, mas também alianças com Estados, sem que isso signifique perda de independência por parte dos movimentos.

Figuras representativas do *establishment* conservador dos Estados Unidos e teóricos críticos do capitalismo coincidem em reconhecer que o mundo transita na direção de um sistema em que os Estados-nação deixam de ser atores centrais. Nessa longa caminhada, e dependendo dos interesses em jogo, as estratégias diferem. O Império concentra forças no aprimoramento da capacidade operativa do seu Estado, “capitalista coletivo ideal”, dotado das atribuições e meios adequados ao cumprimento da última etapa do seu destino manifesto: a consolidação da primazia do “modo de vida ocidental”. No campo oposto, fortalecem-se as convergências favoráveis à construção de uma nova organização, cujo programa e política externa possam tornar-se referência de uma transição diferente.

Condenar à irrelevância a possibilidade de pensar o todo a partir dos movimentos sociais condena à irrelevância as possibilidades de convívio humano fora dos parâmetros ditados pelo Império.